

2 INADIMPLÊNCIA

*Política para
tratamento das
inadimplências*

6 ARTIGO

*Os "fundamentalistas"
e a vulnerabilidade
externa, por Fernando
Carlos Cerqueira Lima*

8 ARTIGO

*O Acordo do governo
brasileiro com o FMI,
por Nelson Le Cocq*

15 ECONOMISTAS

*Encontro Internacional
de Economistas*

16 CONGRESSOS

*XIII Congresso Brasileiro
de Economistas e
VII Congresso de
Economistas da
América Latina e Caribe*

**LANÇAMENTO
DO LIVRO
"VISÕES DA CRISE"
PÁGINA 20**

Inicia-se um período de **turbulências** na política e na economia

Wanderley Guilherme dos Santos analisa a nova situação política brasileira e diz que o governo não poderá mudar sua base de alianças: "Fernando Henrique está preso em uma armadilha que ele mesmo criou." Luiz Carlos Delorme Prado adverte para as graves conseqüências que decorrem de um longo período de baixo crescimento: "Estamos numa das maiores crises sistêmicas da nossa história."

páginas 3 a 5 e 10 a 13



CONVENTO DE SÃO FRANCISCO VISTO DO SEMINÁRIO, DE ALUÍSIO MAGALHÃES, REPRODUÇÃO: MNBA

JORNAL DOS ECONOMISTAS

**ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ**

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Beatriz Bonfim (MT 11916) • **Estagiária:** Viviane Paula Viana • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (021) 508-7367 • **Ilustração da Capa:** *Convento de São Francisco visto do Seminário*, litografia com área impressa de 45,1x60,1 cm. Foi gentilmente cedida pelo Museu de Belas Artes (MNBA) e reproduzida por João Diaz • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON – CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tel: (021) 224-0578 – Fax: (021) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Adhemar dos Santos Mineiro • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, José Roberto Soeiro, Hélio Portocarrero, Maria José Cyhlar Monteiro, Adhemar dos Santos Mineiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascoutto da Rocha, José Clemente de Oliveira • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Renato Luiz Mello de Oliveira, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Luiz Mário Behnken, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares

SINDECON – SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 – Grupo 1607 / 1608 / 1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20031-000 – Tel: (021) 262-2535 e (021) 533-2192 – Fax: (021) 533-7891 – E-mail: sindecon@embratel.net.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20054-900 – Tels: (021) 224-0578 e (021) 509-1077 – Fax: (021) 221-0958 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Há muito tempo, grande número de economistas vem afirmando que o ritmo de endividamento, interno e externo, que se estabeleceu no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique, era insustentável. O governo, no entanto, achou que poderia financiá-lo, por alguns anos, vendendo patrimônio público e mantendo taxas de juros altas, atrativas ao capital de curto prazo. Isso lhe daria o tempo necessário para promover uma mutação estrutural na economia brasileira, construindo uma máquina exportadora. Ela deveria ter entrado em ação a partir de 1998, começando a gerar os dólares necessários a uma trajetória de reequilíbrio, que seria obtido no segundo mandato presidencial que se inicia. Assim, a transição do modelo se completaria.

Nos últimos anos, muitos afirmaram que essa estratégia não obteria êxito: a crise de superindividoamento se inalaria antes de a saída expor-

tadora amadurecer. Pagaram caro pela ousadia de discordar e advertir. Foram tratados como dinossauros, incompetentes, atrasados e, nas palavras do próprio presidente, "burros". Hoje, esse debate – que, a rigor, não chegou a existir, dada a arrogância de parte dos governantes e a inexistência de espaço na mídia – está superado. A crise está aí, e não se vê nem sombra da prometida explosão exportadora. As exportações brasileiras tiveram uma queda de 3,2% em 1998, quando a promessa inicial do governo era de um aumento de 17%. Esse ritmo, de 17% ao ano, deveria se sustentar até 2002.

A situação brasileira é gravíssima, pois várias crises se superpõem numa só. Há uma grave recessão se instalando, uma brutal deterioração nas condições de vida do povo, uma perda de rumos entre os de cima, um virtual colapso na capacidade de operação do Estado nacional, um terremoto no pacto federativo, uma situação gravíssima

nas contas externas. Nada parecido com isso houve na história contemporânea do Brasil. A situação em 1981, quando iniciamos a chamada "década perdida", era muito melhor.

Os governos Collor e Fernando Henrique obtiveram grande êxito em demolir o arranjo que fazia funcionar a economia brasileira no período anterior, mas fracassaram rotundamente em construir um novo arranjo para fazê-la funcionar de outra forma. Nos endividamos além do limite e não atingimos uma nova configuração viável para o nosso sistema econômico.

Insistimos: há alternativas. O Brasil permanece sendo um grande país. Nosso vasto e generoso território está aí. Nosso jovem povo detém imenso potencial humano, técnico e cultural. Nossa economia continua a ser a maior do Terceiro Mundo, com o oitavo maior parque industrial do planeta e imensa capacidade de expansão na agricultura. Somos o líder natural do continente em que estamos. O que falta?

INADIMPLÊNCIA

Política para tratamento das inadimplências

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro vem tentando resolver a questão das inadimplências, empenhando-se em conseguir condições mais vantajosas para quitação dos débitos. Já foram feitos vários contatos – por telefone e cartas – com os devedores, de forma a tentar resolver amigavelmente a questão. Todavia, não obtivemos sucesso em número significativo dos casos. A não-execução judicial desse tipo de tributo parafiscal expõe o Conselho e seus administradores ao enquadramento em crimes de responsabilidade. Assim sendo, o Conselho é obrigado a fazer tal execução. Vale ressaltar que essa contribuição é investida no próprio órgão, melhorando o atendimento e serviços prestados à categoria.

DOCUMENTO

Recolhimento da Contribuição Sindical

Estamos encaminhando junto a esta edição do Jornal dos Economistas, a Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical – GRCS, que como se sabe, trata-se de uma contribuição compulsória, instituída ainda no Governo Vargas, recolhida pela CEF, que repassa 60% da receita para os Sindicatos, sendo que os outros 40% vão para a Federação dos Economistas, a CNPL e o Ministério do Trabalho. Os economistas, assim como todos os profissionais liberais tem duas alternativas: recolher na CEF para o Sindecon/RJ a contribuição sindical até o **dia 26 de fevereiro de 1999**, no valor de R\$ 39,00, contribuição válida para todo o ano, ou sofrer desconto em folha de pagamento do valor correspondente a um dia de trabalho no mês de março (3,33% do salário bruto).

A diretoria do Sindecon/RJ informa aos Economistas do Estado do Rio de Janeiro que sempre se posicionou contra este recolhimento compulsório e, a seus associados, comunica que a Quota-parte do Sindicato será devolvida aqueles que se encontram em dia com suas contribuições estatutárias.

Diretoria Colegiada – Sindecon/RJ

CONVÊNIO

CORECON-RJ / MNBA

Em continuidade ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicação de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da esfera cultural, o **Jornal dos Economistas** reproduz na capa uma obra de Aluísio Magalhães, pintor brasileiro (Recife 1927). Só depois de formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife passou a dedicar-se às artes plásticas. Em 1951, bolsista do governo francês, viajou para Paris, onde permaneceu até 1953. De volta ao Brasil, dedicou-se principalmente à pintura, participando de coletivas no país e no estrangeiro. Desenvolveu pesquisa nas artes gráficas, tendo sido um dos fundadores de *O Gráfico Amador*, tipografia experimental no Recife. Colaborou, em 1963, na organização da Escola Superior de Desenho Industrial, no Rio de Janeiro, sendo um de seus professores. Dedicou-se, desde 1960, exclusivamente às atividades gráficas no campo da comunicação visual, com trabalhos pioneiros no Brasil.

Nota técnica (capa): *Convento de São Francisco visto do Seminário*, litografia com área impressa 45,1 x 60,1 cm. Reprodução: João Diaz.

- ENTREVISTA -

Wanderley Guilherme dos Santos

Turbulências à vista no segundo mandato de FHC

FOTOS: MIGUEL/ARQUIVO JE

Graduado em filosofia pela antiga Universidade do Brasil, hoje UFRJ, Wanderley Guilherme dos Santos foi assistente de Álvaro Vieira Pinto no Iseb e, em seguida, estudou na Cepal com Anibal Pinto. Perseguido pelo golpe militar de 1964, participou no ano seguinte da criação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), onde leciona até hoje. Pós-graduado em ciência política pela Universidade de Stanford (EUA), foi anistiado em 1980, retornando então às instituições públicas de ensino, nas universidades federais Fluminense e do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, publicou *Razões da desordem* e *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, ambos pela Editora Rocco. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, Wanderley destaca o desafio de construirmos uma democracia de massas, lembra a importância do sentido de comunidade e lança um grito: Federação já!

JORNAL DOS ECONOMISTAS: Qual é, a seu ver, a tendência mais marcante na política brasileira nos últimos anos?

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS: Pela primeira vez na história, estamos no limiar da construção de uma democracia de massas. É um fenômeno internacional, mas muito agudo no Brasil, por nossos problemas e nossas dimensões. O grau de participação que temos hoje é inédito e traz em si um grande potencial de questionamento às instituições tradicionais. Somos o terceiro maior eleitorado do mundo – 106 milhões –, chamado a se pronunciar a cada dois anos, o que obriga à participação.

JE: Por que esse processo ainda é problemático?

WANDERLEY: A democracia de massas está abrindo seu caminho por dentro de instituições que nasceram em um mundo oligárquico. Na origem, o sistema partidário, as normas eleitorais e as organizações representativas foram criadas para acomodar uma participação limitada e discutir questões também limitadas. A sociedade não se envolvia politicamente, até porque o espaço de interferência da ação estatal era muito menor.

Sociedades democráticas de massas são fenômenos novos, em construção. A elite não se incomodava com a força do ideário democrático quando as liberdades de organização e de expressão atingiam, de fato, uma par-

cela muito restrita da população. Mas, quando milhões de pessoas votam e milhares de desconhecidos se aliam como candidatos para concorrer com políticos ilustres – e muitas vezes ganham –, a coisa muda de figura.

JE: Há, portanto, resistências a esse movimento. Como elas se expressam?

WANDERLEY: Os que se opõem a esse movimento propõem reformas que têm como ponto comum refrear a participação. Querem fazer com que a vida política reflua para níveis de participação compatíveis com o velho sistema oligárquico. Essa será uma batalha decisiva para os nossos destinos: como completar o trânsito à democracia de massas, ajustando a ela as instituições, num contexto em que as desigualdades e as carências permanecem enormes.

JE: Na Europa, o surgimento de partidos de base operária foi fundamental para impulsionar esse trânsito. Como você vê isso no Brasil?

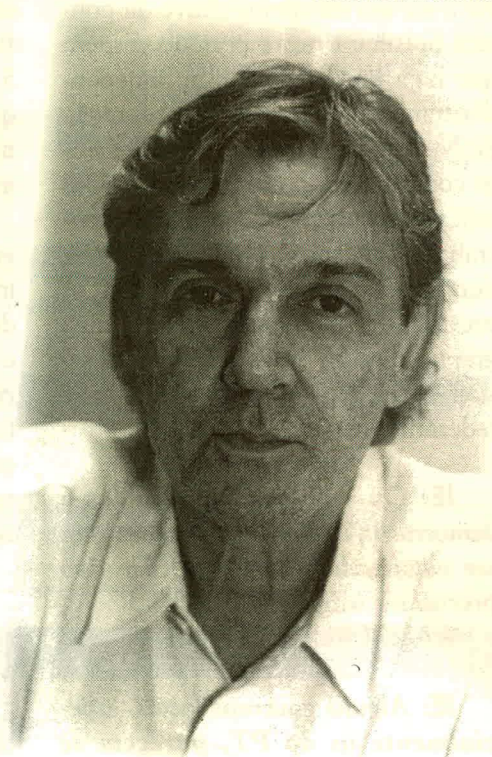
WANDERLEY: A socialdemocracia europeia teve um papel decisivo numa época em que as sociedades ainda eram oligárquicas. Naquele tempo, detendo o monopólio da representação, os partidos detinham também o monopólio da participação. Hoje não é mais assim. Eles continuam com a representação, como é correto, mas os espaços de participação se ampliaram. Por isso, o PT não pode cumprir, entre nós, o mes-

mo papel nessa transição, que se tornou mais complexa.

JE: Por que vias se pode impulsionar, então, esse processo?

WANDERLEY: Isso depende do que Maquiavel chamava *virtù*. Não há fórmula. Temos que inventar o nosso próprio caminho. Outros mecanismos precisam ter como ponto de partida, basicamente, as próprias comunidades. Na base de qualquer sociedade, existem comunidades que se ligam, se integram, vivem, pulsam, interagem. Elas, de certa forma, transcendem as instituições mais formais, que se modificam com maior visibilidade, e são portadoras de valores básicos, cuja vitalidade é necessária para que as próprias instituições operem.

Este é um aspecto muito preocupante. No Brasil de hoje, difunde-se sistematicamente a mensagem de que as únicas relações legítimas e válidas para regular a vida social são as relações de mercado, com seus valores de maximização de utilidades. Isso lança um manto de desprestígio sobre outros tipos de relações e valores que são essenciais para as comunidades, sem as quais as próprias relações de mercado não podem funcionar. A confiança, a palavra, a paciência, a solidariedade, a memória, a ajuda mútua – se tudo isso deixar de valer, a sociedade não se sustenta. Comunidades minimamente integradas são o último recurso com que as pessoas contam em suas vidas, para que, na



falta de renda monetária, não fiquem expostas ao abismo.

JE: Por que esses valores estão se deteriorando?

WANDERLEY: Eles têm sido apontados como reacionários, tradicionais, negativos. Há uma política de desmoralização de tudo que não possa ser enquadrado nas relações de mercado. Entretanto, não se conhece nenhum país capitalista avançado, nem mesmo os Estados Unidos, que tenha produzido tamanho descolamento da sociedade em relação à comunidade. Por baixo das instituições formais desses países, há valores, inclusive de solidariedade, profundamente enraizados e respeitados. As regras da competição mercantil têm sua esfera, mas não reinam absolutas.

JE: Isso tem alguma relação com o problema da Federação, que está retornando com força ao noticiário?

WANDERLEY: Este é outro problema-chave, ligado aos dois primeiros. Quanto mais centralizado o poder, menor o estímulo à participação, pois a possibilidade de influir se torna menor. Por mais bem-intencionadas que sejam, as autoridades centrais não podem governar bem um

ENTREVISTA

país das dimensões do Brasil. As pessoas são muito mais criativas para imaginar soluções aos problemas que sentem. Precisam ser estimuladas a buscá-las.

Sob esse ponto de vista, creio que a nova safra de governadores poderá vir a ser um elemento-chave da política brasileira neste período. Espero que haja um grito comum, independentemente de partidos: Federação já! Nenhum governador minimamente comprometido com sua base política poderá tolerar que a União centralize os recursos, num contexto de demandas crescentes por serviços prestados pelos estados. Haverá uma grande disputa pelos recursos escassos, e eu espero que o Brasil se federalize de vez.

JE: *Ou seja, para aprofundar a democracia, as comunidades precisam ser valorizadas e o pacto federativo precisa ser oxigenado.*

WANDERLEY: Sem dúvida.

JE: *Alguns governos locais, especialmente os do PT, parecem se mover nessa direção...*

WANDERLEY: O PT tem o mérito de ter implantado, em nível local, muitas soluções criativas, como o orçamento participativo e o programa de bolsa-escola, mas não tem o monopólio dessa capacidade. Governos do PSDB (no Ceará) e do PDT (em Niterói), entre outros, tomaram boas iniciativas na área da saúde, depois de se cansarem de esperar soluções por cima. Tem ocorrido uma coisa muito importante: quando dão certo em algum lugar, essas inovações em nível local começam logo a ser copiadas e se espalham.

JE: *Em que áreas você identifica hoje resistências ao aprofundamento da democracia?*

WANDERLEY: Vejo duas áreas em que as resistências são claras. Sobretudo a partir do governo Collor, mas também no governo atual, há uma tendência a concentrar o poder na economia, centralizando as decisões relevantes no nível federal e, dentro dele, em grupos muito pequenos. Quanto à política, todas as propostas atuais de reforma - voto distrital, voto facultativo, coeficiente mínimo para a representação parlamentar, etc. - apontam no sentido de diminuir a competição. Ora, a participação requer e

amplia a competição.

É natural que os políticos queiram restringi-la. Para alguém que estava acostumado a disputar uma vaga com mais um ou dois candidatos, a disputa atual se tornou infernal. Não é figura de retórica. Entre 1964, tínhamos 2,4 a 2,7 candidatos por vaga no Poder Legislativo; hoje, temos entre 5 e 7 candidatos. É compreensível que os políticos tradicionais reclamem. Mas, quanto mais competição, melhor.

Parece-me surpreendente, no entanto, que a elite do PT subscreva integralmente a proposta oligárquica de reforma política, mostrando que o partido não tem clareza de seu próprio papel e das fontes de sua própria força. Os conservadores estão mais conscientes dos seus objetivos. Pretendem, claramente, uma reorganização política mais restritiva.

JE: *Como ampliar a democracia com o atual nível de controle sobre os meios de comunicação de massas?*

WANDERLEY: O controle oligopólico sobre esses meios terá que ser dissolvido em algum momento, mas não vejo como fazê-lo a curto prazo. Apesar dessa dificuldade, a sociedade não deixará de se movimentar na direção da democracia de massas.

JE: *Entre as pessoas comuns, nota-se uma descrença com os procedimentos formais da democracia, que se traduz em críticas ácidas aos políticos, ao Congresso e às próprias eleições. Este não é um obstáculo importante?*

WANDERLEY: Essa crítica é saudável. Falar mal do regime é normal em todas as democracias, até porque elas permitem isso. Mas, quando se pergunta para as mesmas pessoas se preferem ver o Congresso fechado, elas dizem maciçamente que não, aqui e em todos os demais países democráticos. Não é verdade que o povo não valorize a democracia. Aliás, temos cinquenta anos de eleições ininterruptas, pois elas não foram suprimidas nem mesmo pelo regime autoritário. Desde o pós-guerra, realizamos tantas eleições quanto os países desenvolvidos. É um patrimônio político considerável.

JE: *Como você vê o alto nível de abstenções e de votos nulos e brancos?*

WANDERLEY: Nas últimas elei-

Quando distribui ministérios e depois ameaça demitir os ministros dos partidos que não votarem sempre com o governo, o presidente Fernando Henrique confessa sua incapacidade de fazer uma verdadeira costura política. Como líder, seu desempenho é frustrante.



ções eles não foram especialmente altos. No Brasil e no mundo, esses níveis oscilam em função da expectativa que os eleitores têm sobre o impacto que os resultados terão em sua vida. Se eles consideram que ela vai ser alterada, para o bem ou para o mal, comparecem e votam. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde o voto é facultativo e a presença do Estado no cotidiano é menor, os níveis de abstenção são normalmente muito altos. Mas, durante a Guerra do Vietnã, diminuíram consideravelmente, pois havia opções em jogo.

No Brasil, entre 1945 e 1962, o maior índice de abstenção e de votos nulos e brancos ocorreu nas eleições legislativas de 1954, realizadas logo depois do suicídio de Vargas. Ninguém sabia se aquela votação era para valer, pois, na prática, as coisas seriam decididas conforme a evolução do contencioso dentro das forças armadas. Já em 1958, no meio do governo Juscelino, o percentual de votos válidos bateu o recorde. Abstenções, nulos e brancos voltaram a disparar nas eleições de 1970, que não valiam nada. Isso mostra que, ao contrário do que se diz, o comportamento dos eleitores tem bastante coerência.

JE: *Você acha que, de alguma maneira, os eleitores respondem com sabedoria às questões que eles percebem serem importantes...*

WANDERLEY: Sim. Visto em termos agregados, o voto não é errático. O povo sabe votar. Mesmo quando vota contra as nossas opiniões, ele tem motivos para isso.

JE: *Como você analisa as últimas eleições?*

WANDERLEY: Elas começaram com um ano e meio de antecedência. Desde essa época, alguém do governo, ou aliado do governo, aparecia todos os dias nos jornais e na televisão, dizendo que qualquer mudança representaria um desastre. O espectro do caos foi intensamente

usado. Depois, a campanha acabou antes de começar, pois as novas regras foram feitas justamente para não haver campanha. Mesmo assim, o desempenho de Fernando Henrique em 1998 foi muito pior que em 1994. Sua votação perdeu substância de forma séria, especialmente nos centros mais importantes. Creio que a oposição desponta como favorita para as próximas eleições, pois o Real está se transformando em um dado da natureza. A estabilidade de preços está sendo incorporada à normalidade.

JE: *Que conclusão você tira dos resultados?*

WANDERLEY: Eles não permitem que o governo mude sua base de sustentação no Parlamento. Quanto mais ele se fixar, como tem feito, em reformas constitucionais, mais ficará preso ao PFL e, principalmente, ao PPB. Levantei as votações de todas as quatorze reformas constitucionais feitas no primeiro mandato de Fernando Henrique. Elas não teriam passado só com o PFL e o PMDB, sem o apoio dos votos controlados por Paulo Maluf. Se o governo insistir em basear seu programa em mudanças constitucionais e precisar regulamentá-las depois, não poderá alterar suas alianças fundamentais. Assim, Fernando Henrique está preso em uma armadilha que ele mesmo criou. Ao longo do primeiro mandato, não construiu as condições para libertar-se dela. Teremos um segundo mandato muito turbulento.

JE: *Nos últimos anos, experimentamos mudanças sucessivas de regras eleitorais, de acordo com os interesses do momento. Caso se confirme a alta probabilidade de vitória das oposições, que novas mudanças poderão ser tentadas?*

WANDERLEY: Uma delas está clara, com emenda pronta: a adoção do parlamentarismo. Se se confirmar que as oposições tendem a vencer, essa medida vai ser desengavetada, apesar de ter sido derrotada duas

ENTREVISTA

vezes pelo voto popular. Paradoxalmente, o PT tende a apoiá-la, pelo menos se preponderar a opinião de seus principais dirigentes.

JE: *Que balanço você faz do desempenho político do Brasil nos últimos anos?*

WANDERLEY: Apesar de tudo, foi um desempenho fantástico. Como obra de engenharia política, nossa transição do regime autoritário foi brilhante. Fizemos uma democratização completa, sem golpe de Estado, e chegamos a uma Constituição mais democrática que a de 1946, só negociando. Nenhum país latino-americano conseguiu isso. Nunca foi plenamente utilizado o potencial democratizante da Constituição de 1988, que, não por acaso, vem sendo enxovalhada pelas elites desde que foi promulgada. Mas houve avanços. O governo Sarney foi fraco, mas foi democrático: mostrou que a autoridade de governo tem que conviver com o conflito e o protesto. Não houve repressão, e a sociedade brasileira passou a valorizar isso. Hoje, a repressão não sai mais de graça, gera escândalo. É um avanço civilizatório. Depois, fizemos o *impeachment* de um presidente. O primeiro governo de Fernando Henrique também deu um passo importante, ao reconhecer que o Estado comete crimes e tem que pagar por eles. Este é um marco na vida republicana brasileira.

JE: *Como você vê a rotina de troca de votos no Legislativo por cargos no Executivo?*

WANDERLEY: Juscelino negociou muito com a oposição. Em geral, chegava a um arranjo mais ou menos assim: "Nisso aqui vocês não mexem, aquilo é de vocês e no resto vamos para a disputa." Todos cumpriam os acordos. Fernando Henrique não consegue operar assim. Quando distribui ministérios e depois ameaça demitir os ministros dos partidos que não votarem sempre com o governo, ele confessa sua incapacidade de fazer uma verdadeira costura política. Como líder, seu desempenho é frustrante.

JE: *Isso tem relação com a situação geral da máquina administrativa?*

WANDERLEY: Provavelmente, sim. A capacidade operacional do Estado brasileiro é cadente. Só as medidas auto-aplicáveis, como o

recolhimento de impostos, são efetivamente implementadas. Qualquer coisa que dependa de ir fazer – ou seja, de um mínimo de agilidade e eficiência – acaba emperrando. Nesse contexto, é grande a tentação de prender as verbas, não fazer os repasses para Estados e municípios. Daqui a pouco, vão meter as mãos nos fundos de pensão. São medidas de execução muito simples.

Eu adoraria que tivessem construído no Brasil um Estado mínimo, mas decente. Nem isso fizeram. Resta sacrificar a Federação e ir para cima de quem não tem como se defender, aumentando os impostos, por exemplo.

JE: *A reforma do Estado, em curso, não altera esse panorama?*

WANDERLEY: O governo a encara como uma reforma administrativa, apenas. É uma visão estreita.



Nas últimas décadas, nos tornamos um país urbano, de baixo crescimento e com mobilidade social represada. É um novo contexto, cujas resultantes são imprevisíveis no médio e longo prazos. Não sei se nossas instituições darão conta dos problemas da sociedade brasileira atual.

Uma verdadeira reforma implicaria aumentar os gastos do Estado, até porque o número de funcionários federais é pequeno no Brasil, comparativamente a outros países. Temos um Estado disforme, que não opera. Às vezes, para quatro postos de saúde, encontramos uma enfermeira e quatro guardas; num mesmo edifício público estão lotados cinquenta ascensoristas; e assim por diante. Mas falta gente qualificada, que é mais cara. Além disso, o que causa o déficit não são gastos com pessoal, mas com juros. Enquanto o nó financeiro não for desatado não há muita esperança de que o desempenho do Estado possa melhorar.

JE: *Você concorda com a idéia de que hoje conhecemos menos a sociedade brasileira do que a conhecíamos há vinte ou trinta anos atrás? De que há processos muito complexos em curso, ainda não devidamente debatidos e compreendidos?*

WANDERLEY: Concordo inteiramente. Para ficar em um exemplo dentro da minha área de interesse profissional: entre 1950 e 1994, o elei-

torado do Centro-Oeste cresceu 1800%, e a região apresenta hoje taxas elevadas de competição eleitoral. Foi uma transição brutal. Nos últimos anos, aliás, o Centro-Oeste e o Norte foram finalmente integrados ao país, e isso foi feito, antes de tudo, pela via da política.

Mas, nem sempre nosso desconhecimento decorre da falta de dados brutos. O IBGE tem muita informação, a Fiocruz também, e o mesmo pode ser dito de outras instituições. A imprensa deveria garimpar mais isso, para levar essa riqueza ao conhecimento público, produzindo matérias acessíveis. Falta difusão da informação disponível. A última PNAD, por exemplo, traz informações muito relevantes. A pesquisa sobre padrão de vida (PPV), que é um suplemento da PNAD-96, traz medidas de tamanho e altura, mobilidade espacial e social, escolaridade, alimenta-

ção, gastos com educação e por aí fora. Ela foi distribuída para um conjunto de especialistas, encarregados de analisar algum aspecto considerado relevante. Participei desse trabalho, estudando expectativas e aspirações.

JE: *Quais foram suas conclusões?*

WANDERLEY: A principal delas foi a de que não existe, no Brasil, o sentimento de privação relativa. Independentemente das estratificações por renda ou ocupação, ou de usarmos a média ou a moda, os resultados mostram que as pessoas consideram R\$ 500,00 a renda mensal necessária para levar uma vida boa. Não é uma aspiração delirante. Ao contrário, é baixíssima. Está perto da faixa de renda *per capita* que já atingimos. Minha conclusão é de que o potencial revolucionário do país é pequeno. As pessoas não acham que poderiam estar em uma situação melhor, mas que alguém está impedindo essa ascensão. Isso é que deflagra uma revolução. Também não aparece um sentimento do tipo "vou fazer algo para consertar as coisas".

JE: *O sentimento predominante é o conformismo?*

WANDERLEY: Eu não usaria este termo, pelo menos sem qualificá-lo melhor. O problema é que, para os que estão embaixo, o custo do fracasso de uma ação coletiva, no Brasil, é muito grande. Se as pessoas se mexem para conseguir algo nos Estados Unidos e não conseguem, não acontece nada com elas. Aqui, ficam estigmatizadas, são perseguidas, desaparecem, pois os direitos constitucionais não estão garantidos. Nem os bandidos nem a polícia os respeitam. Para o cidadão comum aceitar esses riscos, a ação coletiva tem de ter um apelo fortíssimo. Por isso, não creio que haja um conformismo filho da inconsciência, mas uma espécie de conformismo consciente, ligado à percepção do custo do fracasso. As pessoas tendem a se mexer quando se sentem mais protegidas.

JE: *Quem poderia protegê-las mais?*

WANDERLEY: Antes de tudo, o sistema judiciário. Em qualquer país civilizado, o juiz protege o cidadão, que por isso não precisa de organizações paraestatais para isso. Mas, infelizmente, os piores poderes da República são justamente o Judiciário e a imprensa.

JE: *Sempre fomos uma sociedade desigual. Mas, até os anos 60, tínhamos maioria de população rural e, até 1980, um dinamismo econômico considerável. Transitamos para uma sociedade ainda muito desigual, mas agora urbana e de baixo crescimento. Que conseqüências isso terá?*

WANDERLEY: Eu agrego outra questão igualmente importante. Uma colega minha do IUPERJ mostrou, em sua tese, que o Brasil foi um país de mobilidade social ascendente, pelo menos, até 1990. Minha impressão é de que estamos ficando com uma estrutura social mais rígida, com barreiras muito mais fortes e demarcadas. Se isso for verdade, nos tornamos um país urbano, de baixo crescimento e com mobilidade social represada. É um novo contexto, cujas resultantes são imprevisíveis no médio e longo prazos. Não sei se nossas instituições darão conta dos problemas. Afinal, como dizia Stalin, a consciência está sempre atrasada em relação ao que está acontecendo.

ARTIGO

por Fernando Carlos Cerqueira Lima

Os "fundamentalistas" e a vulnerabilidade externa

A questão do ajuste fiscal está no centro do debate econômico atual. A se levar em conta as declarações de políticos e da grande maioria dos economistas, a aprovação, pelo Congresso, das "reformas" tirará o país do atoleiro. O recente acordo com o FMI, ao estabelecer metas orçamentárias nominais rígidas, reduziu a discussão aos tipos de impostos a serem criados e de cortes nos gastos que devem implementados. É o tal "dever de casa" que, uma vez realizado, nos garantiria a retomada da confiança dos "investidores externos". Feito isso, e completada a reforma da Previdência, estaria aberto o espaço necessário para que a taxa de juros seja reduzida e para que a economia volte a crescer.

Esse raciocínio está amparado na noção de que é necessário seguir os "fundamentos macroeconômicos" para afastar o risco de ataques especulativos e de fuga de reservas internacionais. Segundo os "fundamentalistas", orçamentos equilibrados e elevadas taxas de poupança – que seriam proporcionados pelas "reformas" – reduziriam nossa dependência em relação à "poupança externa".

É talvez interessante lembrar que este era exatamente o discurso que tanto se ouvia, aqui e alhures, logo após a crise mexicana de 1994-95. Entretanto, dois fatos subsequentes não comprovaram essa teoria. Em primeiro lugar, o Brasil, sem ter realizado qualquer reforma, voltou a ter acesso aos mercados internacionais de capitais ainda em 1995, tendo nosso nível de reservas superado US\$ 70 bilhões em meados de 1997. Nesse mesmo período, a taxa de juros, que havia atingido níveis absurdamente elevados em abril de 1995, foi sendo gradualmente reduzida. O segundo fato a desmentir a teoria foi a eclosão da chamada "crise da Ásia" a partir do segundo semestre de 1997. Essa crise surpreendeu a todos os

observadores internacionais, entre outras razões, pelo fato de haver atingido países que registravam taxas de poupança doméstica duas vezes superiores à do Brasil e que tinham, de há muito, orçamentos equilibrados, quando não superavitários. Países, portanto, que tinham aqueles "fundamentos" corretos – embora apresentassem crescentes déficits em conta corrente. Por isso, a crise asiática surpreendeu, no Brasil, sobretudo aqueles que, ignorando os fatos – e os dados –, acreditavam na teoria dos "déficits gêmeos", segundo a qual déficits públicos acarretam déficits externos.

Tudo bem que se admita que padecemos de memória curta. Mas esses são fatos tão recentes que só mesmo muito oportunismo ou ignorância pode explicar a insistência em se atribuir ainda hoje

à questão fiscal a atual vulnerabilidade externa brasileira. A não ser que se opte pela – cínica – explicação de Paul Krugman: o FMI impõe – e o Brasil se impõe – medidas fiscais recessivas porque acredita que "os mercados" acreditem que sejam necessárias, o que implica, no mínimo, fazer mau juízo dos "investidores internacionais". Ou então, que se adote uma das máximas do Nelson Rodrigues: se os fatos não comprovam a teoria, pior para os fatos.

O IMPACTO DO AJUSTE FISCAL SOBRE A TAXA DE JUROS

Vamos supor – fazer suposição não é coisa que iniba um economista – que todos os objetivos do governo no campo das "reformas" sejam atingidos. A

taxa de juros poderia cair para níveis civilizados? A economia poderia voltar a crescer? *Ceteris paribus*, não. O ajuste fiscal é útil apenas para mostrar a capacidade do governo de rolar de maneira exequível sua dívida em moeda nacional, o que em parte garante o atrativo ganhado representado pelo diferencial entre as taxas de juros internas e externas. Mas não serve de seguro contra uma eventual desvalorização do real que poderá advir caso a situação externa continue a se deteriorar. Esta ameaça persistirá enquanto não

for superado o obstáculo mais significativo: que o Brasil seja capaz de convencer os "investidores externos" de que é capaz de honrar seus compromissos em moeda forte, o que não será possível enquanto convivemos com o problema dos déficits em transações

correntes. Certamente, uma das lições da crise da Ásia é que estes déficits não podem ser financiados indefinidamente. Na melhor das hipóteses, portanto, o ajuste fiscal é condição necessária, mas não suficiente, para impedir uma crise cambial.

Uma estratégia de desenvolvimento econômico – trata-se disso – baseada em uma taxa de câmbio irrealista e em uma abertura comercial e financeira externa levada a cabo de maneira precipitada e irresponsável conduziu ao atual beco sem saída da política econômica, agora amplamente reconhecido. O recente acordo com o FMI aprofunda o problema, ao centrar suas atenções na questão fiscal. Todos estão de

acordo que as elevadas taxas de juros representam o principal fator de aumento da dívida pública e, conseqüentemente, do déficit público. O discurso mais freqüente dos economistas ligados ao governo tem sido de que um substancial superávit primário nas contas públicas possibilitará uma rápida redução dos juros, dando início a um círculo virtuoso. Pressiona-se o Congresso, então, para aprovar, por razões patrióticas, as medidas de ajuste fiscal.

Entretanto, essa alegada relação entre redução do déficit nominal e queda significativa – e a curto prazo – da taxa de juros não faz sentido. Independentemente da questão fiscal, o atual "modelo brasileiro de desenvolvimento" exige a manutenção de taxas de juros elevadas para (i) atrair capitais externos necessários ao financiamento dos déficits em transações correntes; (ii) incentivar a retenção de divisas no país; (iii) impedir a economia de crescer, uma vez que a reativação da atividade econômica certamente faria aumentar o déficit na balança comercial; e (iv) inibir a concessão de crédito via instituições financeiras.

LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA E FRAGILIDADE

Esta última razão tem sido pouco discutida. O Brasil, em termos de "fundamentos", possui uma grande vantagem sobre os países do Sudeste Asiático. Nesses países, o sistema financeiro apresentava excessiva alavancagem, fruto em boa parte de um processo de liberalização financeira que desmontou os controles do Estado sobre as instituições financeiras e permitiu a abertura da conta de capital. Até mesmo o FMI parece estar agora de acordo com a tese de que um país não deve desregular o crédito e liberalizar a captação de recursos externos sem antes criar condições minimamente adequadas de regulação e supervisão

Mesmo com o chamado "ajuste fiscal" a economia brasileira dificilmente voltará a crescer de maneira sustentada, pois continuaremos dependentes dos humores e preconceitos dos mercados financeiros internacionais.

ARTIGO

bancária. Uma das ironias desse reconhecimento tardio é que Ronald McKinnon, um dos criadores da teoria da "repressão financeira", já havia alertado, no início dos anos 90, para os riscos de uma liberalização financeira que não obedecesse a uma certa seqüência, na qual a abertura da conta de capital seria o último - e talvez longínquo - estágio.

Após a crise da Ásia, portanto, a "bola da vez" em termos de "fundamento econômico" passou a ser o sistema financeiro. É quase unânime a percepção de que a fragilidade financeira dos países do Sudeste Asiático desempenhou um papel decisivo no desencadeamento da crise e, principalmente, que essa fragilidade explicaria a gravidade da crise. Alguns autores têm apontado para o fato de que a Coreia, por exemplo, estaria passando por um típico processo de crise financeira que se realimenta de uma queima de ativos semelhante à descrição da crise de 1929 feita por Irving Fisher.

Essa discussão sobre a relação entre liberalização financeira e fragilidade financeira é importante para se pensar a situação atual do nosso

sistema financeiro, o qual, apesar de sofisticado, ainda possui dimensões relativamente reduzidas - no Brasil, a relação empréstimos bancários/PIB é baixa quando comparada à de outros países. Os bancos têm sido fundamentais na rolagem da dívida pública, aplicamos compulsórios elevadíssimos, etc. Por um lado, é claro que o fato de o sistema financeiro ser relativamente acanhado é ruim, porque significa que não cumpre adequadamente seu papel na intermediação de recursos, e com isso restringe os investimentos produtivos, a competitividade das empresas, etc. Mas, por outro lado, isso é bom, talvez ótimo, pelo menos no que diz respeito a esse "fundamento econômico": o endividamento bancário das empresas é baixo e não se formaram "bolhas" especulativas em mercados de ativos; os bancos brasileiros ainda possuem pequena - embora crescente - participação de captação externa no seu passivo total; e, aparentemente, o Banco Central do Brasil está mais preocupado com a saúde financeira do bancos, principalmente depois do susto que tomou em 1995.

Pode-se dizer, portanto, que o sistema bancário brasileiro é mais "sólido", ou menos frágil, do que o sistema bancário dos países do Sudeste Asiático. Tal fato tem permitido ao Banco Central elevar abruptamente a taxa de juros como resposta a cada crise internacional sem promover uma crise financeira sistêmica - têm ocorrido "apenas" quebras pontuais de empresas e bancos. Nesse sentido, as políticas de restrição ao crédito adotadas desde 1995, e que têm acarretado, na prática, juros bancários explicitamente extorsivos, constituem na verdade um dos esteios da política de estabilização. Cabe deixar aqui, entretanto, dois lembretes. O primeiro é que o ajuste fiscal, por si só, em nada ajudaria na reversão desse quadro. Dadas as atuais circunstâncias, não faria sentido que o governo viesse a afrouxar o crédito tão cedo. O segundo lembrete é que a ausência de controles sobre o endividamento externo dos bancos brasileiros poderá, no futuro - caso voltem a ter acesso aos mercados internacionais de capitais -, aumentar seu grau de fragilidade, tal como ocorreu com os bancos do Sudeste

Asiático e já havia ocorrido anteriormente com os mexicanos.

EM RESUMO

É inegável que equilíbrio orçamentário e elevadas taxas de poupança interna são metas louváveis, dignas de serem perseguidas. O argumento aqui é que se nada for feito para reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira - alterando as políticas cambial, de comércio exterior e industrial -, a concretização do ajuste fiscal nos levará de volta, na melhor das hipóteses, à situação anterior à crise da Ásia. O ajuste fiscal poderia, no curto prazo, tornar o país novamente atraente para o capital externo, além de estancar a perda de reservas. Entretanto, ao contrário do que acreditam os nossos "fundamentalistas", a economia brasileira dificilmente voltará a crescer de maneira sustentada, porque continuaríamos dependentes dos humores e preconceitos dos mercados financeiros internacionais.

Fernando Carlos Cerqueira Lima é professor do Instituto de Economia da UFRJ e participante do Grupo de Política Monetária e Sistema Financeiro do Corecon-RJ.

PROJETO

Avanços rumo ao próximo milênio:

Projeto
Casa do
Economista

vez mais em serviços diretos. O *Jornal dos Economistas*, o Prêmio de Monografia, o Simpósio de Economia e a ampla oferta de cursos, seminários e outros eventos desenvolvidos visam estimular atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso à informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. A implementação da *homepage - Economistas on line* - serviu para ampliar contatos com a categoria, e a Bolsa de Empregos segue na busca de recolocar profissionais no mercado. Da mesma forma, para o próximo ano, a categoria ganhará a **Casa do Economista**, um espaço para a integração e aprofundamento de idéias, que contará com auditório, salas de reunião e multimídia, enfim, todo aparato físico necessário para melhor receber os economistas. Aqueles que tiverem interesse podem se dirigir ao Corecon e conhecer as minúcias do projeto. Assim, encerra-se mais um ano de vitórias e conquistas, certos que até o ano 2000 avançaremos ainda mais nessas linhas de trabalho.

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro busca ano a ano avançar no sentido de se tornar cada vez mais ágil e amplo na oferta de serviços. Os principais aspectos de interesse da categoria são transformados cada

LANÇAMENTOS DO CONSELHO

O Corecon-RJ, IERJ e Sindecon lançaram as publicações:

- Visões da Crise
- Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro
- Perfil dos Economistas
- Guia dos Consultores em Economia
- VIII Prêmio de Monografia
- Ensino de Economia - Questões Práticas e Empíricas

As publicações foram editadas para estimular a difusão de atividades ligadas à capacitação, ao ensino e ao acesso a informações acadêmicas ou de pesquisas básicas. Solicite as suas!

ECONOMISTAS

Aspectos Legais da Profissão

Dando prosseguimento à linha de atuação do Conselho Federal de Economia, priorizando a ampla divulgação das informações inerentes à categoria dos Economistas, o Cofecon lançou um *folder* esclarecendo de forma objetiva, tanto à própria categoria quanto à sociedade de modo geral, os aspectos legais que regem a profissão, sua atuação e estrutura das entidades representativas. O folheto apresenta um sumário da legislação que disciplina o exercício profissional, os objetivos e formas de atuação das entidades que compõem o Sistema Cofecon/Corecons. Essa publicação é uma versão revisada e atualizada de documento similar editado em 1985.

ARTIGO

por Nelson Le Cocq

O Acordo do governo brasileiro com o FMI

O Grupo de Política Monetária e Mercado Financeiro instituído pelo Corecon/RJ acompanha com apreensão os desdobramentos do acordo assinado entre as autoridades brasileiras e o Fundo Monetário Internacional. As reflexões aqui desenvolvidas reproduzem, ainda que parcialmente, as questões elencadas pelo grupo.

Só graves desequilíbrios no setor externo justificam a subordinação aos préstimos do FMI. Autoridades monetárias com gestões fragilizadas financeiramente assumem este compromisso quando torna-se manifesto o esgotamento próximo ou iminente de suas reservas cambiais. O acordo com o Fundo torna disponível aportes de crédito emergenciais; seu aval possibilita que os bancos privados internacionais retomem os financiamentos necessários à rolagem das obrigações externas. Para conceder este aval, o FMI indica (exige) procedimentos de política econômica que garantam a recuperação dos créditos dos investidores internacionais, tendo como contrapartida a implantação de um quadro interno recessivo, no qual todas as perspectivas econômicas se deterioram.

A contumaz opção por políticas monetárias restritivas – com ou sem elaboração de acordos com o FMI – é parte essencial do acervo de instrumentos responsáveis pela péssima estrutura de distribuição de renda e riqueza que caracteriza o Brasil. Do ponto de vista fiscal, o refluxo relativo do volume de gastos institucionais da “função governo” penaliza diretamente aqueles que dependem prioritariamente das instituições públicas para seu provimento. Saúde, educação, segurança, sociabilidade e cidadania – e, em boa parcela, o emprego – deixam de ser acessíveis a segmentos significativos (e crescentes) da população. Ao mesmo tempo, a capacidade futura do governo retomar essas tarefas, que lhe são precípuas, fica comprometida em razão direta à expansão verificada na dívida pública.

Políticas restritivas rentabilizam detentores de capitais líquidos e as instituições financeiras que organizam cartorialmente as aplicações em títulos públicos. Oneram a utilização de recursos de terceiros no giro dos negócios e estimulam a retração do produto. Contraí-se tanto o crédito como a massa salarial e, por consequência, a participação dos assalariados na renda nacional. As empresas de menor porte convivem com riscos crescentes de insolvência a partir da compressão dos volumes de faturamento, agravados pelo encareci-

mento dos eventuais financiamentos correntes. O crédito agrícola fica encarecido, tornando gravosas as propriedades de pequeno e médio porte, estimulando a concentração fundiária.

As insuficiências que caracterizam o receituário do FMI para países em crise não foi o único componente responsável pela geração de expectativas pessimistas. A conduta assumida pelo governo brasileiro não contribuiu para ampliar a confiança do público no acerto e eficácia das medidas.

Os termos desse acordo só se tornaram conhecidos – ainda que parcialmente – graças à obrigatoriedade constitucional de sua aprovação pelo Senado brasileiro. As tratativas foram até então desenvolvidas em sigilo, tendo o governo brasileiro evitado trazer a público as condicionalidades impostas ao país.

Os textos do acordo com o FMI, submetidos ao Senado, constam de uma Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda, de um Memorando de Política Econômica e de um Memorando Técnico de Entendi-

A contumaz opção por políticas monetárias restritivas – com ou sem elaboração de acordos com o FMI – é parte essencial do acervo de instrumentos responsáveis pela péssima estrutura de distribuição de renda e riqueza que caracteriza o Brasil

mentos. Este terceiro documento, conforme seus próprios termos, “estabelece os critérios específicos de desempenho, as metas indicativas e os pressupostos a serem aplicados no âmbito do arranjo para o Brasil, além de detalhar alguns dados diários específicos que as autoridades brasileiras fornecerão à equipe técnica do Fundo.”

A operacionalização do acordo implica minucioso monitoramento junto às autoridades brasileiras. Estas se comprometem, como vimos, a fornecer dados diários à equipe técnica do Fundo. Estes dados incluem (obviamente) o nível de reservas diárias no conceito de liquidez, conforme assinalado na seção III do Memorando Técnico (MTE).

Serão realizadas seis avaliações em conjunto com o FMI ao longo de 1999. A primeira deverá estar concluída até 28 de fevereiro; a segunda e a terceira até 31 de março; uma quarta e uma quinta avaliações se realizarão até 31 de agosto. Por fim, uma sexta avaliação estará concluída até 30 de novembro.

Trata-se, na verdade, de uma *inspeção permanente*, à qual está atre-

lado o cronograma de liberação das parcelas do empréstimo. Um primeiro saque tornou-se possível a partir da assinatura do acordo, após ratificação do Senado. O MTE discrimina as cinco liberações subseqüentes, condicionadas à realização das avaliações. Isto implica uma situação na qual, caso o FMI não considere que a avaliação foi concluída de forma satisfatória, a parcela correspondente não estará disponível para saque pelo governo brasileiro.

As metas acordadas com o FMI e apresentadas no referido MTE são agrupadas em três seções, a saber: metas fiscais, metas relativas ao setor externo e metas monetárias.

Os valores previstos para 1999, no que se refere às necessidades de financiamento, declinam de R\$ 72,879 bilhões em primeiro de janeiro para R\$ 42,561 bilhões em 31 de dezembro de 1999. O resultado primário do governo federal deverá ascender de R\$ 5,025 bilhões em janeiro de 1999 para R\$ 16,344 bilhões em fins de do mesmo ano. Esta meta inclui receitas previstas com concessões de serviços públicos da ordem de

R\$ 7,74 bilhões acumulados até novembro deste ano. Isto já implica que, caso se confirmasse a expectativa de superávit primário de R\$ 5 bilhões e este venha a ser somado aos R\$ 7,7 bilhões previstos com receitas, faltariam ainda R\$ 3,5 bilhões, a serem obtidos com acréscimos na arrecadação de impostos e corte de gastos não financeiros do governo ao longo de 1999.

O primeiro conjunto de metas, relativo ao total de necessidades de financiamento para o conjunto das três esferas da administração pública, não está discriminado por nível de governo (federal, estadual e municipal). Todavia, se considerarmos apenas os desequilíbrios do setor público federal, o atingimento das metas já é problemático. Um superávit primário de 16 bilhões de reais, somado às necessidades de financiamento da ordem de 42,5 bilhões, nos totaliza 58 bilhões de reais a serem desembolsados de forma não produtiva, isto é, *destinados a gastos de origem financeira*. Ao atentarmos, porém, para o atual estoque da dívida pública mobiliária do governo federal – títulos em poder do mercado – vere-

mos que o mesmo atingiu mais de de R\$ 314 bilhões em outubro de 1998, segundo a nota à imprensa do Banco Central datada de novembro de 1998. O raciocínio implícito, segundo todas as hipóteses heróicas até aqui admitidas, que eximem estados e municípios de necessidades de financiamento e restringem os desequilíbrios apenas à órbita federal, já torna a estimativa oficial pouco exequível, pois, considerando aportes de recursos previstos da ordem de R\$ 58 bilhões, seria impositivo que o serviço da dívida fosse acrescido de apenas este valor no ano de 1999. Dado o atual estoque de dívida, seria necessário uma taxa de juros anual próxima a 18% na remuneração destes títulos para que não ultrapassassem os R\$ 58 bilhões.

A inconsistência nos termos do acordo referentes à área fiscal diz respeito à vinculação estabelecida entre déficit público e resultados não financeiros do governo. Como já foi afirmado à exaustão por largo espectro de economistas, a dívida interna está condicionada à estratégia de captação e – no limite – retenção de capitais especulativos externos. Destarte, as necessidades de financiamento serão determinadas pela trajetória de taxas e volumes da dívida interna, e esta é reflexo da estratégia de retenção, em reais, de ativos financeiros passíveis de conversão em dólares. É o ritmo de saída líquida de divisas, murchando as reservas internacionais do país, que passa a ditar os rumos da dívida pública e do déficit do governo, como aliás ficou patente ao longo da crise iniciada no último trimestre de 1997 e agudizada após a moratória russa em maio de 1998.

Desta forma, mesmo um breve e preliminar exame das metas quantitativas na área fiscal já denota fortes dificuldades para seu atingimento, pois este fica condicionado a um improvável e significativo recuo nas taxas de juros vigentes.

Passemos ao exame das metas estipuladas para o setor externo. Os itens que devemos ressaltar são o estabelecimento de um piso para as reservas internacionais de U\$ 20 bilhões ao longo de 1999, e a projeção de uma taxa de câmbio variando de R\$ 1,212 por dólar em janeiro até R\$ 1,272 em outubro, último mês disponível na tabela apresentada na seção IV do documento, sob o título de Pressupostos Relativos à Taxa de Câmbio. Temos assim, até o início do quarto trimestre, uma variação cambial prevista de 5,56%. Ou, em termos anualizados, 6,7%.

O desempenho das metas do

ARTIGO

setor externo – inclusive a expectativa de manutenção de um patamar mínimo de divisas e o compromisso de não redefinir unilateralmente o perfil de pagamentos das obrigações externas – se apóia em metas monetárias previstas no memorando, das quais passamos a tratar.

É estabelecida uma relação entre base monetária e reservas internacionais líquidas cotadas em Reais. Esta relação, chamada Crédito Doméstico Líquido do Banco Central, é definida como a diferença entre a base monetária e as reservas internacionais líquidas. Ao fixar metas para a evolução do CDL, o que o governo faz é incorporar um arremedo da experiência do *currency board*, adotada por exemplo na Argentina. Em um quadro de perda de divisas, o governo terá que impor uma gradativa contração no meio circulante, buscando manter os níveis das taxas de câmbio. A idéia é que a escassez produzida na oferta da moeda interna eleve seu preço na moeda de referência, isto é, o dólar americano. Contraindo-se ainda a capacidade interna de contar com recursos monetários disponíveis para sua conversão em divisas estrangeiras, contribuindo para o arrefecimento da demanda interna por dólares. Tenta resolver ou evitar a crise cambial pelo caminho inverso à desvalorização do real, ajustando a disponibilidade interna de moeda doméstica pelo nível de reservas, que é a variável independente do modelo.

O *currency board*, a par outras vicissitudes, não é uma opção viável em épocas de crise, pois seus limites são determinados pelo patamar no qual se anuncia uma paralisação das transações monetárias internas. Talvez por isto o governo brasileiro tenha optado por uma versão flexibilizada do *currency board*, com patamares escalonados de proporcionalidade entre base monetária e reservas internacionais líquidas. A partir da aproximação do nível considerado como piso para as reservas internacionais, é provável que a taxa de câmbio, a contragosto do governo, se imponha como variável de ajuste, explodindo com o arremedo de *currency board*.

O motivo pelo qual o governo brasileiro tem insistido em manter a estabilidade do câmbio prende-se ao passivo em dólares acumulado por instituições financeiras e empresas brasileiras. Uma aceleração significativa na taxa de desvalorização mensal do real perante o dólar implicaria uma crescente perda de rentabilidade das operações baseadas na arbitragem entre captação externa e aplicação doméstica. Quanto às empresas que tomaram recursos para investimentos, uma aceleração nas desvalorizações também significaria a perda de rentabilidade de seus projetos, já que as amortizações e juros pagos em dólares ficariam majorados em reais,

comprimindo as margens de lucro. Além do endividamento em dólar, a indústria nacional incorporou os mercados externos como fornecedores correntes de insumos. Uma brusca mudança de direção na política cambial implicaria majoração dos custos correntes das indústrias, junto ao óbvio encarecimento dos produtos de consumo importados.

O custo da abertura indiscriminada do mercado interno a bens e serviços oriundos do exterior foi uma crescente necessidade de financiamento do *déficit de transações correntes* com recursos especulativos do mercado financeiro internacional.

De país largamente superavitário nas trocas de mercadorias com o exterior, passamos a ser crescentemente deficitários. Em 1994, o saldo da venda de mercadorias brasileiras ao exterior excedia as importações em US\$ 10,4 bilhões. Em 1997, as importações superaram as exportações em US\$ 8,3 bilhões, e em 1998, apesar de toda a restrição ao consumo decorrente do desemprego e das altas taxas de juros, os resultados até outubro já superavam os US\$ 4 bilhões negativos.

O itens vinculados a pagamentos de juros pularam de US\$ 6,3 bilhões em 1994 para US\$ 10,4 bilhões em 1997, devendo superar os US\$ 12 bilhões em 1998. Crescimento gritante é também registrado no item relativo à remessa de lucros e dividendos; totalizavam US\$ 2,8 bilhões em 1994 e atingiram US\$ 6,5 bilhões em 1997; dados consolidados até outubro de 1998 indicam remessas acumuladas de US\$ 6,1 bilhões, devendo ultrapassar os US\$ 7,0 bilhões quando estiverem disponíveis os dados oficiais consolidados para o ano de 1998.

A degradação das contas externas se materializa no *déficit de transações correntes*. Em 1994 este *déficit* foi de US\$ 1,6 bilhão, passando para US\$ 33 bilhões em 1997, sendo esperado valor próximo para os dados finais de 1998, já que até outubro o *déficit de transações correntes* acumulava US\$ 27,5 bilhões. Em quatro anos de governo Fernando Henrique este *déficit* cresceu 1.962%!

A dívida externa total passou de US\$ 148 bilhões em 1994 para US\$ 225 bilhões em setembro de 1998. Em 1994, as empresas privadas respondiam por uma dívida externa de US\$ 61 bilhões e a administração pública detinha um passivo externo de US\$ 87 bilhões. Os dados de setembro de 1998 mostram o setor público devedor de US\$ 85 bilhões e a dívida do setor privado atingindo cerca de US\$ 140 bilhões. Enquanto o endividamento externo governamental se manteve estável, as instituições privadas se utilizaram da liquidez até então disponível no mercado externo para obter recursos a taxas de juros muito inferiores àquelas praticadas no Brasil, expandindo seus passivos

Se o governo reduzir as taxas de juros, sem que imponha gravames significativos à saída de divisas, o capital especulativo externo vai liquidar suas posições em títulos públicos e converter os reais em dólares, que serão direcionados para o exterior.

externos em cerca de 130 %.

A aparente estabilidade da dívida pública externa na verdade mascara o endividamento público, pois ao observarmos a evolução da chamada *dívida pública interna* de responsabilidade do governo federal, veremos que esta atinge um patamar crítico. Muito embora esta dívida seja denominada em reais, constitui um elemento determinante de atração de capitais especulativos externos, que aqui buscam ou aplicações em bolsas de valores ou em títulos públicos. A dívida pública interna assegura a rentabilidade de rentistas, nacionais e estrangeiros, e constitui o mais evidente indicador da inviabilidade da política econômica adotada pelo governo brasileiro. Em 1994, a dívida pública federal era de R\$ 61,8 bilhões, e em outubro de 1998 atingiu o patamar de R\$ 315 bilhões. Um crescimento de 410 %.

O quadro da dívida interna é responsável pela ênfase que o FMI atribui ao chamado ajuste fiscal. Em 1995, o total arrecadado pelo governo federal foi de R\$ 81 bilhões; para o acumulado de 1998 está previsto algo em torno de R\$ 115 bilhões. Isto representa um acréscimo de 42 % nas receitas correntes do governo, contra uma expansão de 410 % no seu endividamento. A pressão exercida pelo FMI para que se aumente a carga tributária e se comprimam ainda mais os gastos com as atividades típicas de governo, como saúde e educação, está vinculada ao temor dos investidores externos de que o país caminhe para uma moratória no pagamento da dívida.

Se o governo reduzir as taxas de juros, sem impor gravames significativos à saída de divisas, o capital especulativo externo vai liquidar suas posições em títulos públicos e converter os reais em dólares, que serão direcionados para o exterior. Aliás, não só os especuladores externos farão isso, mas também os especuladores nacionais, que temem a moratória interna ou simplesmente desconfiam que poderá ocorrer alguma desvalorização súbita no câmbio. Se o governo brasileiro reduzir os juros e algo em torno de 10 % dos valores aplicados na dívida interna buscarem sua conversão em dólares para sair do país, isto será o equivalente aproximado das reservas internacionais em poder do Banco Central, hoje estimadas em US\$ 35 bilhões. Teremos, pois, um colapso cambial.

Em relação ao exposto acima, o perfil de vencimentos de títulos da dívida interna atrelados a variação

cambial constitui variável relevante. O equivalente a US\$ 32,46 bilhões de dólares vence ao longo de 1999. Somados aos US\$ 30 bilhões de vencimentos da dívida externa e ao *déficit* previsível de US\$ 34 bilhões na balança de transações correntes, temos um total de saída potencial de recursos no montante de US\$ 96 bilhões, muito acima do somatório das reservas internacionais (US\$ 35 bilhões) com o aporte organizado pelo FMI (US\$ 41,5 bilhões).

O recurso a investimentos diretos – particularmente privatizações – para fechar a conta só irá agravar os desequilíbrios já existentes.

O argumento do governo para trazer estes capitais é que, por se destinarem a compra de empresas, particularmente participando nas privatizações, eles não implicam aumento da dívida ou pagamento de juros. O argumento mostra, na melhor das hipóteses, despreparo técnico. Investimentos são feitos para geração de lucros, a serem ao menos parcialmente enviados aos acionistas em seus países de origem. Não é por outro motivo que as remessas de lucros e dividendos, como mostramos acima, passaram de 2,8 para 7,0 bilhões de dólares entre 1994 e 1998. Os investimentos estrangeiros ancorados em privatizações, conforme acertado com o FMI, deverão alcançar novamente a cifra de US\$ 22 bilhões em 1999. Neste ritmo, as remessas de lucros ocuparão cada vez mais espaço no movimento de saída de dólares, sem nenhuma contrapartida para a produção nacional.

É evidente que a atual equipe responsável pela política econômica será incapaz de efetuar as necessárias correções de rota. Ao contrário dos termos do acordo assinado, faz-se necessária a alteração dos prazos e volumes do pagamento da dívida externa e interna do Brasil e a retomada dos controles sobre os fluxos de entrada e – neste momento – principalmente de saída dos capitais externos. Alternativamente, a opção oferecida pelo atual governo significa a perda de qualquer esperança de desenvolvimento econômico e melhora na distribuição interna de renda e riqueza. Sem uma rápida alteração na política econômica ora em andamento, continuaremos em marcha batida para ocupar lugar de destaque no Quarto Mundo.

Nelson Le Cocq é coordenador do Grupo de Política Monetária e Mercado Financeiro do Corecon/RJ.

ENTREVISTA

LUIZ CARLOS DE LORME PRADO

As conseqüências do baixo crescimento

.....

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; PhD em Economia pela Universidade de Londres, mestre em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ, graduado em Direito e Economia, Luiz Carlos Delorme Prado é autor de mais de cinquenta artigos e trabalhos científicos publicados em revistas técnicas e como capítulos de livros. Além de assíduo colaborador de artigos assinados na imprensa diária, recentemente publicou, em co-autoria com Reinaldo Gonçalves, Renato Bauman e Otaviano Canuto, o livro *A nova economia internacional*, (Editora Campus, 1998, 3ª ed.) e, ainda, o trabalho *Brazilian Trade Policies under the New Trade System* (Cepal, Santiago, 1998). Prado terminou seu mandato como presidente do Conselho Federal de Economia em dezembro de 1998 e está assumindo a presidência do Ierj, como sucessor do professor João Paulo de Almeida Magalhães.

.....

JORNAL DOS ECONOMISTAS: Em sua tese, escrita no final da década de 1980, você sustentou que a posição retardatária do Brasil se definiu na primeira metade do século XIX. Você pode explicar essa idéia?

LUIZ CARLOS PRADO: No fim do século XVIII e no início do XIX, sob vários aspectos relevantes, nossa economia era semelhante à economia americana. Sabemos disso, entre outras fontes, graças a duas grandes investigações feitas pelo Parlamento inglês sobre a situação dos negócios no mundo em 1808 e 1812, por ocasião das guerras napoleônicas. Em seus depoimentos, os grandes comerciantes britânicos tratam as economias do Brasil e dos Estados Unidos

em pé de igualdade, tanto em dimensão como em importância.

Mas, quando fazemos a mesma comparação em 1850 ou 1860, a diferença entre os dois países já é brutal. Os americanos haviam construído uma economia de porte mundial, enquanto nós tínhamos perdido posição. Isso corrobora a idéia de Celso Furtado de que nossa renda *per capita* caiu ou ficou estagnada na primeira metade do século XIX.

JE: Por que isso ocorreu?

LUIZ CARLOS: Por causa de vários fatores. Posso destacar três. O primeiro: no fim do século XVIII, a Inglaterra, em plena Primeira Revolução Industrial, procurava despespe-

radamente multiplicar suas fontes de abastecimento de algodão, que estava substituindo a lã como matéria-prima básica da indústria têxtil. O algodão brasileiro, de tipo arbóreo, plantado principalmente no Norte, em torno do Maranhão, se mostrou bastante adequado. Somado ao desempenho da cana-de-açúcar, ele garantiu que a economia brasileira tivesse um desempenho razoável no fim do período colonial, apesar da decadência do ciclo do ouro. Mas, em seguida, os Estados Unidos conseguiram abocanhar esse mercado ascendente, apesar de plantarem algodão herbáceo, em princípio menos eficiente que o nosso. Enquanto continuávamos a obter o algodão em rama através do trabalho manual, eles introduziram em larga escala o descaroador mecânico. A sociedade brasileira desse período – escravista, pouco alfabetizada – mostrou-se avessa a inovações.

Segundo: com Hamilton, os Estados Unidos se lançaram decididamente em um processo industrializador, num contexto que merece ser destacado. Estados Unidos e Portugal tiveram reações opostas à exigência, feita pela Inglaterra, de que ambos suspendessem o comércio com a França napoleônica. O governo português aceitou essa orientação, para si e para suas colônias, mas os americanos insistiram em abrir uma via própria. Passaram a boicotar os produtos ingleses – impulsionando assim a sua própria indústria – e assumiram os custos de uma arriscadíssima política de choque com a

Grã-Bretanha, que resultou numa guerra entre os dois países. Essa estratégia demonstrou-se, no médio prazo, mais bem-sucedida do que aquela que fomos levados a adotar.

Em terceiro lugar, ao longo da primeira metade do século XIX, o Brasil independente optou por uma política monetária extremamente restritiva, que mantinha nossa economia em estado de permanente insuficiência de liquidez. A oferta monetária nos Estados Unidos, ao contrário, foi muito mais dinâmica, com estímulo ao surgimento de unidades bancárias que, por um lado, produziram um certo caos financeiro, mas, por outro, aceleraram o crescimento econômico.

O resultado é que, entre 1800 e 1860, o Brasil fica estagnado, enquanto a outra economia continental das Américas se fortalece. Os efeitos dessa defasagem se prolongam no tempo.

JE: Que lição você tira daí?

LUIZ CARLOS: O ritmo de crescimento de uma economia pode ser uma questão menos relevante quando pensamos no curto prazo, mas é extremamente relevante no longo prazo. Pode-se admitir um crescimento negativo ou medíocre durante poucos anos, mas quando isso se prolonga por algumas décadas tem um efeito enorme. No século XIX, em apenas quarenta anos, Brasil e Estados Unidos partiram de patamares semelhantes e construíram economias completamente diferentes. Mesmo apresentando um desempenho um

pouco melhor na segunda metade do século, chegamos em 1900 como uma das economias mais pobres das Américas.

JE: Foi o preço que pagamos por termos feito tardiamente a opção pela indústria...

LUIZ CARLOS: O dilema de industrializar ou não o Brasil tem uma longa história. Os "realistas", muito influentes na vida brasileira, julgavam que nosso destino era o de um grande exportador de produtos agrícolas. Só neste século superamos esse debate, conseguindo finalmente criar um consenso básico, que durou algumas décadas, entre todas as correntes de pensamento relevantes: era necessário manter um processo de desenvolvimento econômico sustentado, baseado na industrialização. As discordâncias diziam respeito a ritmos, formas, e a que tipo de industrialização fazer.

Graças, em parte, a isso, nossa trajetória foi outra neste século, até 1980. Séries estatísticas muito longas são sempre controversas, mas não há dúvida de que estivemos entre os países que mais cresceram nesse período. Estima-se que o PIB brasileiro cresceu cerca de cem vezes em oitenta anos. Com altos e baixos, nosso desempenho superou muito a média mundial.

JE: Sob este aspecto, pode-se falar numa nova mudança de tendência?



FOTOS: MIGUEL/ARQUIVO JE

O Brasil aceitou a visão de que sua estratégia anterior de crescimento estava fundamentalmente errada. Passou a predominar entre nós uma leitura negativa sobre o desempenho que tivemos justamente no período em que o país mais cresceu. A verdade é que havíamos acertado mais do que errado. Aceitamos desfazer tudo, sem que tivéssemos sequer um projeto alternativo minimamente claro.

LUIZ CARLOS: Nos vinte últimos anos, nossa taxa de crescimento *per capita* voltou a ser inferior a essa média mundial.

Depois de um imenso esforço para recuperar parte do tempo perdido no passado, entramos em um novo período marcado pela perda de dinamismo. Se tivéssemos mantido taxas razoáveis de crescimento nos últimos vinte anos, poderíamos estar entre os cinco maiores PIBs do mundo, com uma renda *per capita* próxima dos países da Europa mediterrânea. Ao se prolongar no tempo, nosso mau desempenho se torna muito grave. Começa a lembrar a fatídica primeira metade do século XIX.

JE: Quais as origens da nossa perda de dinamismo atual?

LUIZ CARLOS: A partir dos anos 70, uma sucessão de crises abala o sistema internacional: a crise financeira, com o fim do arranjo de Bretton Woods, as crises do petróleo, depois o choque dos juros. O Estado brasileiro foi atropelado por esses acontecimentos, que afetaram gravemente dezenas de países. A necessidade de fazer transferências volumosas ao exterior, acima da nossa capacidade efetiva de sustentá-las, exigiu uma profunda reorganização da economia brasileira, num processo que acabou por nos desorganizar.

Nos anos 80, a agenda nacional passa a girar, na área política, em torno do fim do regime autoritário e da construção das novas instituições democráticas, e, na área econômica, em torno das questões decorrentes da crise externa iniciada em 1981, que logo seria marcada pela trajetória ascendente da inflação. Ficamos presos à ditadura da conjuntura. Quando entramos na década de 1990, já nos aproximávamos de dez anos sem projeto econômico de longo prazo. Estamos chegando ao fim da década e ainda não temos um projeto cujos fundamentos sejam compartilhados pelas correntes de pensamento relevantes. O aparente consenso, que a mídia apresenta, é completamente artificial.

JE: Essa trajetória é comum aos demais países da América Latina?

LUIZ CARLOS: Inicialmente, não. As crises dos anos 70 provoca-

ram duas respostas distintas no continente. Brasil e México apostaram numa espécie de fuga para a frente, enquanto Argentina, Uruguai e Chile, desde logo, tentaram retornar a experiências mais próximas do liberalismo econômico. Na verdade, eles aderiram ao novo liberalismo antes da Inglaterra de Thatcher e dos Estados Unidos de Reagan.

JE: Como se explica esta diferença?

LUIZ CARLOS: Argentina, Uruguai e Chile haviam sido bem-sucedidos na época das economias liberais. Entre 1870 e 1930, a Argentina, por exemplo, alcançou uma das maiores rendas *per capita* das Américas, aproximando-se do Canadá e despondo como um país que poderia dar o salto para o clube dos desenvolvidos. Recebia grandes contingentes de imigrantes europeus, tinha um setor agrário-exportador muito eficiente, abrigava uma população bastante educada.

Comparativamente, seu desempenho piorou no segundo pós-guerra, ao contrário do que se passou com Brasil e México, que nunca foram bem-sucedidos como economias liberais. Num momento de crise, era natural que a Argentina revivesse a nostalgia de um passado liberal afluente e nós apostássemos na continuidade do nosso modelo industrializador.

JE: Qual foi o resultado dessa opção?

LUIZ CARLOS: As experiências da Argentina, do Uruguai e do Chile foram mal-sucedidas na década de 1970. Brasil e México se saíram menos mal. O Chile ainda conseguiu se recuperar a partir da segunda metade da década de 1980, com uma bem-sucedida estratégia de crescimento baseado nas exportações. Mas a Argentina perdeu em definitivo as esperanças de voltar a ser a mais promissora economia da América Latina e hoje tem seu destino profundamente vinculado ao nosso.

JE: Como você vê a forma pela qual enfrentamos a crise da dívida?

LUIZ CARLOS: Mesmo depois do

— ENTREVISTA —

brutal choque de juros, os países desenvolvidos nos convenceram de que a responsabilidade pelo problema da dívida era exclusivamente nossa. Portanto, não havia o que negociar. Quando os devedores tentavam se articular de alguma forma, falava-se depreciativamente na formação de um cartel, logo interditado. Mas, quando os credores criaram um comitê conjunto de negociação, ninguém

tipo de solução para a questão da dívida externa...

LUIZ CARLOS: Foi o que ocorreu. A renegociação da dívida, aqui e nos demais países latino-americanos, criou as margens de manobra que tornaram possível superar a crise inflacionária. Mas, no contexto dessa renegociação, os credores nos impuseram sua visão de mundo: devíamos reconhecer nossos erros do



Se fosse verdadeira a suposição de uma oferta de crédito ilimitada e estável no sistema internacional, o trabalho dos economistas seria desnecessário. Com financiamento farto e ilimitado, sempre renovável, qualquer um pode gerenciar, sem dificuldades, um negócio ou um país.

os acusou de formar o mesmo cartel com o sinal invertido. O comitê dos credores nunca aceitou negociar com um comitê semelhante dos devedores.

JE: Por que nós aceitamos essa assimetria?

LUIZ CARLOS: Porque nos convencemos de que éramos culpados e tínhamos que arcar com o ônus da crise. Só há duas maneiras de transferir recursos para o exterior em uma moeda que não podemos fabricar: ou fazemos novas dívidas, o que estava descartado naquele momento, ou geramos superávits comerciais suficientes para sustentar essa transferência. Ao fazer isso, abrimos o caminho para a crise inflacionária.

Só teríamos evitado a superinflação se aumentássemos nossa carga tributária até um nível que permitisse, ao Estado, comprar todo o superávit comercial, esterilizando de forma não inflacionária a renda das exportações. Em plena transição democrática, isso não era politicamente viável, pois exigiria um governo muito forte, impositivo. Aliás, também não foi viável nos demais países, como não fora na Alemanha na década de 1920. Surgem daí pressões inflacionárias persistentes, gerenciadas no varejo, que reduzem ao curto prazo o horizonte do nosso debate.

JE: A solução do problema da inflação teria que passar por algum

passado, criticar nossa irresponsabilidade, fazer "reformas estruturais" em nossa economia e nos livrar daquele Estado intervencionista e gastador, abrindo assim boas oportunidades de negócios ao grande capital — por exemplo, através das privatizações. Em troca, voltaríamos a ter acesso aos fluxos de financiamento internacional, novamente abundantes.

O Brasil se colocou numa posição de inferioridade diante dos credores e aceitou a visão de que sua estratégia anterior de crescimento estava fundamentalmente errada. Passou a predominar entre nós uma crítica arrasadora àquele esforço, com uma leitura negativa sobre o desempenho que tivemos justamente no período em que o país mais cresceu. A verdade é que havíamos acertado mais do que errado. Agora, no entanto, iríamos desfazer tudo, sem que tivéssemos sequer um projeto alternativo claro. Substituímos um projeto por uma profissão de fé no mercado autorregulável, um mecanismo mágico, de funcionamento automático, que por definição nos leva a um caminho imprevisível. Assim, a ausência de projeto tornou-se, ela mesma, um projeto. Começou um debate esquizofrênico, no qual a direita, que sempre governou o Brasil, acusa a esquerda, que nunca esteve no poder, de ter edificado um Estado que seria o principal fator de atraso da nossa sociedade.

JE: Qual a importância desses fluxos de financiamento que ficaram novamente disponíveis?

LUIZ CARLOS: A renegociação da dívida externa foi a ante-sala onde começou a se desenhar uma solução para nossa crise inflacionária. A experiência dos anos 20 mostrava que uma moeda é facilmente substituída por outra quando perde todas as suas funções. Assim, no início do Plano Real, produzimos uma espécie de "hiperinflação controlada" que destruiu de vez a velha moeda e permitiu uma transição bem-sucedida.

Os planos de estabilização anteriores esbarravam no aumento da demanda que se segue ao controle da alta inflação. As pressões inflacionárias logo retornavam, sem que pudessem ser compensadas pelo aumento das importações, numa situação de crédito internacional interrompido. O Real encontrou outra conjuntura. A valorização cambial e a abertura, que deram consistência ao combate à inflação, foram financiadas de fora.

JE: Qual o custo disso?

LUIZ CARLOS: Começaremos a ver os maiores custos agora. Para apressar a queda dos preços internos, o governo brasileiro optou por uma grande e rápida valorização cambial. Criou-se assim um novo problema, de difícil solução, pois qualquer mudança brusca na nova estrutura de preços relativos geraria pressões inflacionárias. Ou seja, optou-se por uma estabilização mais rápida, sem se levar em conta as pressões futuras sobre a taxa de crescimento.

Em 1995, já estava claro que havia sido cometido um erro de origem. Um erro até natural, pois fazer a sintonia fina desse processo, em tempo real, é muito difícil. O problema é que os autores do plano, em vez de introduzir correções, passaram a ajustar toda a economia brasileira para sustentar o erro. Altas taxas de juros, moeda valorizada e baixo crescimento beneficiam aqueles que entram aqui apostando em ganhar muito na esfera financeira. O resto do Brasil foi levado a ajustar-se aos interesses desses agentes.

JE: Em anos recentes, difundiu-se a idéia de que, no mundo atual,

caracterizado por um excesso de capital, crises no balanço de pagamentos haviam se tornado muito improváveis, pois países como o Brasil sempre encontrariam agentes dispostos a financiá-lo. Por isso, o protecionismo anterior não faria mais sentido. Como você vê isso?

LUIZ CARLOS: Na história do Brasil, o apelo a instrumentos protecionistas nada teve a ver com preconceitos ideológicos ou xenofobia, mas com problemas concretos de equilíbrio do balanço de pagamentos. Sempre fomos abertos para o mundo, mas também sempre fomos uma economia vulnerável a crises externas, e assim continuamos. No essencial, nada mudou. A economia brasileira retoma periodicamente sua fragilidade cambial. Por isso, ao longo da nossa trajetória, manejamos câmbio e tarifas de forma pragmática.

Nos últimos anos, houve muita imprudência. Se o banco em que tenho conta me avisar amanhã que meu cheque especial passará a ter um crédito ilimitado e minha dívida será sempre renovada, eu comprarei depois de amanhã um apartamento de cobertura na Avenida Vieira Souto. O problema é que as coisas não funcionam assim. Em algum momento, obviamente, a dívida será cobrada. Logo, não posso aumentar meu passivo além de limites muito controlados. A suposição de uma oferta de crédito ilimitada e estável no sistema internacional é apenas um ato de fé, que não encontra respaldo na história ou na observação empírica. Aliás, se fosse verdadeira, tornaria desnecessário o trabalho dos economistas, pois a escassez estaria abolida. Com financiamento farto e ilimitado, sempre renovável, qualquer um pode gerenciar, sem dificuldades, um negócio ou um país.

JE: Nossas dificuldades não são decorrentes de um processo de transição ainda incompleto?

LUIZ CARLOS: É falsa a idéia de que nossos impasses atuais têm origem exclusivamente no passado. É claro que tínhamos imensos problemas, mas eles estão se agravando nesses vinte últimos anos. Não poderia ser diferente: uma coisa é lidar com problemas crescendo 7% ou 8%

ENTREVISTA

ao ano, outra é lidar com eles em uma situação de virtual estagnação. Uma estagnação que não acrescentou nada de positivo à nossa situação anterior. Todos os velhos problemas – má distribuição de renda, concentração da propriedade da terra, incapacidade de generalizar o acesso aos direitos sociais, dependência externa, etc. – estão aí, agravados.

Além disso, o modelo atual tem custos embutidos que ainda não foram devidamente avaliados. Com as privatizações, voltamos a uma configuração parecida com a do século XIX, com a diferença de que os serviços de infra-estrutura – agora entregues, como antes, ao capital estrangeiro – são incomparavelmente maiores. Ainda não sabemos sequer o que isso vai representar em termos de remessas de lucros no futuro, remessas feitas a partir de setores que não geram receitas em dólares. Teremos que fazer um extraordinário esforço exportador para cobri-las.

Um processo de privatizações, mais cuidadoso que o atual, poderia ajudar a compor uma estratégia abrangente de desenvolvimento, mas, ao contrário do que se faz hoje, nunca poderia ser tratado como um fim em si. Aliás, a atuação das empresas

Henrique, teremos pelo menos seis anos de estagnação, depois de quase duas décadas medíocres. No ano 2000, nossa renda *per capita* estará crescendo em torno de 0,5% ao ano, há vinte anos. É assustador. Nesse ritmo, precisaremos de mais de cem anos para multiplicá-la por dois. Para efeito de comparação, basta lembrar que, entre 1900 e 1980, nós a multiplicamos por dez.

O rompimento com o projeto anterior representou um rompimento também com a utopia do desenvolvimento. Nosso governo atual defende um projeto que se diz modernizante, mas nos remete ao passado. É recorrente, na história do Brasil, que setores retrógrados proponham abrir mão do desenvolvimento em nome da estabilidade.

JE: O governo não quer correr o risco de nenhuma mudança substancial de rumos...

LUIZ CARLOS: É verdade que qualquer caminho alternativo implica riscos. Mas o caminho atual, também. Todas as alternativas têm riscos. Cada um escolhe aquela mais coerentes com sua visão de mundo e com a defesa dos interesses de seus principais aliados. Nosso governo, por exemplo, opta por reduzir o risco de

desenvolvimento, nem há estratégias nesse sentido. Trocamos um desenvolvimento desigual e distorcido por desenvolvimento nenhum. No lugar de um projeto que continha ineficiências não colocamos projeto nenhum. O Estado brasileiro, que era moderno para os padrões do Terceiro Mundo, foi sendo desmoralizado, em troca de nada.

Basear nossas esperanças numa enxurrada de investimentos estrangeiros, como faz o governo, é grotesco. Nosso PIB é da ordem de US\$ 800 bilhões. Se pretendermos atingir e manter uma taxa de investimento de 20%, que nada tem de excepcional, então precisamos investir US\$ 160 bilhões por ano. É delirante imaginar que possamos receber de fora mais que 10% desse montante, na forma de investimentos produtivos. Ou seja, pelo menos 90% do nosso esforço de investimento tem que ser doméstico. Mas, toda a política econômica atual se volta para tentar garantir aqueles 10%, às custas de deprimir o resto.

JE: Por onde se pode começar a pensar numa alternativa?

LUIZ CARLOS: Só integrando nossa grande economia retomaremos o processo de desenvolvimento. Um país das dimensões do Brasil – assim como os Estados Unidos, a China e a Índia – está condenado a crescer fundamentalmente para dentro ou não crescer. É ingênuo imaginar que o investimento externo puxará o crescimento. Imaginar o contrário é muito mais fácil. É o que se vê mundo afora. A Rússia fez tudo o que foi sugerido pelos conselheiros ocidentais, mas sua economia despencou e os investidores internacionais foram embora. A China fez tudo ao avesso, contrariou todas as doutrinas e orientações, e mesmo assim é o país que mais recebe investimentos estrangeiros no mundo. O investimento não é puxado por retórica, por bomocismo ou por ideologia, mas por expectativas de retorno sobre o capital. Se uma grande economia cresce, o capital entra. Se ela não cresce, ele vai embora.

JE: Governo e mídia insistem que ninguém apresenta outro modelo...

LUIZ CARLOS: Ao contrário do que se diz, quem vem apresentando alguma reflexão estratégica nos últimos anos é a esquerda. Há algum tempo, mapeamos a existência de sete ou oito projetos alternativos, mas as idéias que eles trazem não têm sido sequer discutidas. A imprensa silencia sobre eles, a sociedade não demanda este aprofundamento e as campanhas eleitorais foram enquadradas num formato em que o *marketing* predomina. Nesse contexto, o debate econômico tornou-se vulgar. Formou-se uma verdadeira máquina de previsões, de consultorias de curto prazo, atividade muito demandada em economias onde os ganhos especulativos são altos. A imagem dos economistas, infelizmente, se associou a isso.

JE: Até quando o discurso atual se sustenta?

LUIZ CARLOS: O projeto neoliberal é capaz de postergar indefinidamente o futuro que ele mesmo anuncia. Ele se radicaliza a cada fracasso, pois a única explicação aceita é a de que a quantidade dos remédios não foi suficiente. Para corrigir distorções cujas origens estão sempre no passado, são necessárias doses ainda maiores. É um discurso autolegitimador e, por isso, autoritário. Quem discorda dele é considerado ignorante ou acusado de estar a serviço de interesses escusos.

O governo Fernando Henrique levou este país a uma das suas maiores crises sistêmicas. Agora diz que a crise era imprevisível, ou que veio da Rússia, ou que a culpa foi de um Congresso recalcitrante. Tamanha agressão aos fatos beira o inacreditável. O governo foi avisado por todos, em tempo real, inclusive por economistas conservadores; ocorreu aquilo que todos prevíamos, a partir da análise da lógica interna do modelo; e, na história da República, nunca tivemos um Congresso que aprovasse tanto o que o Executivo queria. Nunca um presidente alterou a Constituição tantas vezes, inclusive em benefício próprio. Acho vergonhoso que a equipe econômica se recuse a assumir a responsabilidade pela crise. É uma falta de respeito para com o país.

Se pretendermos atingir e manter uma taxa de investimentos de 20%, que nada tem de excepcional, então precisamos investir US\$ 160 bilhões por ano. É delirante imaginar que possamos receber de fora mais que 10% desse montante, na forma de investimentos produtivos.



estatais não tinha nenhuma relação com a crise inflacionária, nem com os demais problemas agudos da economia brasileira. Pelo contrário. Durante muito tempo, elas sustentaram boa parte do nosso esforço de investimento. Passaram a ter problemas quando foram usadas para captar recursos internacionais, de modo a financiar parte do nosso buraco no balanço de pagamentos.

JE: Como se manifesta a ausência de projeto a que você se referiu?

LUIZ CARLOS: Nos oito anos de mandato presidencial de Fernando

pressões inflacionárias, aumentando o risco de uma estagnação, acompanhada de deflação e desorganização de setores importantes da economia brasileira. Os interesses dos rentistas, no entanto, estão bem defendidos.

JE: O presidente Fernando Henrique acaba de declarar que não será o gerente de uma crise, que em seu segundo mandato o país retomará o desenvolvimento...

LUIZ CARLOS: É mais uma profissão de fé, entre tantas. Não há motivo para acreditar que estamos em vias de abrir um novo ciclo de

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

**História trágico-marítima**

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957

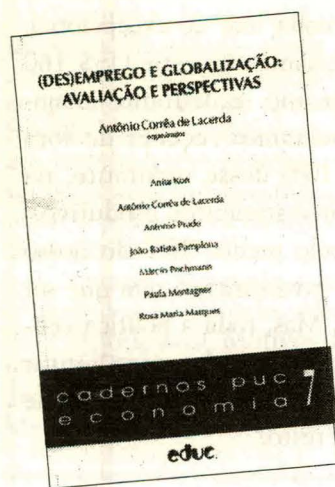
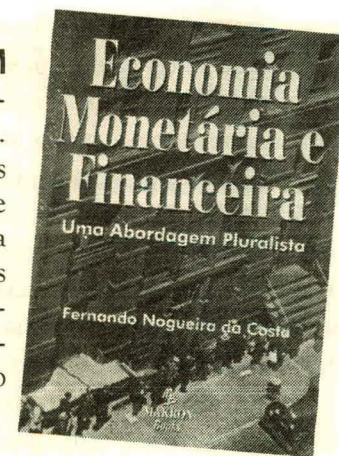
Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

- ABRE ASPAS -

ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA - UMA ABORDAGEM PLURALISTA, de Fernando Nogueira da Costa, é essencialmente didático, com abordagem pluralista, útil para a formação de estudantes e profissionais em todos os níveis. Na parte referente à teoria aplicada, examina-se o funcionamento das instituições financeiras contemporâneas, sendo ilustrado, principalmente, o caso brasileiro. Na parte sobre a arte da política econômica, analisa-se a operacionalidade da política monetária do Banco Central do Brasil. É um texto abrangente que inclui: fundamentos e conceitos para um Teoria Alternativa da Moeda; demanda por dinheiro e preferência por liquidez; oferta e moeda; mecanismos de transmissão monetária: efeitos sobre produto, emprego e inflação; política monetária; teoria financeira; sistema financeiro e globalização financeira. Makron Books, 341p.



(DES)EMPREGO E GLOBALIZAÇÃO: AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS, organizado por Antônio Corrêa de Lacerda, é composto de sete artigos; Anita Kon, Antônio Corrêa de Lacerda, Antonio Prado, João Batista Pamplona, Márcio Pochmann, Paula Montagner e Rosa Maria Marques discutem o desemprego no Brasil, que resulta tanto de mudanças tecnológicas, um fenômeno mundial, quanto da atual política de estabilização e abertura comercial. Os cinco primeiros tratam de questões de fundo sobre o tema, enquanto os dois últimos artigos analisam, de forma crítica, alternativas ao desemprego, avaliando o papel do setor de serviços e do auto-emprego. O artigo do professor Antônio Corrêa de Lacerda procura demonstrar como o processo de reestruturação produtiva do mundo capitalista, nos últimos anos, vem elevando o desemprego estrutural em nível global. Já o professor Márcio Pochmann se propõe, em seu artigo, a fazer um diagnóstico do desemprego atual com o objetivo de apontar algumas diretrizes para uma política de emprego. Para Rosa Maria Marques, o desemprego é reflexo de escolhas políticas na divisão da riqueza social e não é inevitável e natural, podendo ser superado pela elevação da produção de mercadorias ou outras atividades ainda não exploradas. Cadernos Puc Economia, 159p.

EL PACTO FISCAL - FORTALEZAS, DEBILIDADES, DESAFÍOS, apresenta cinco aspectos fundamentais: consolidar o ajuste fiscal em marcha, elevar a produtividade da gestão pública, dotar de maior transparência a ação fiscal, promover a equidade e favorecer o desenvolvimento da democracia. O documento consta de três partes. Na primeira parte, aparece a síntese dos avanços, das fragilidades e dos desafios do novo pacto fiscal. Na segunda, são revistos os avanços e transformações do gasto, déficit e dívida do setor público. Na última etapa, são examinados os logros e as pendências em âmbitos decisivos da gestão pública e de grande repercussão fiscal: o gasto social, a reforma da seguridade social, a descentralização fiscal, os processos de privatização e a modernização do Estado. Cepal, 293p.



O QUE É SOCIALISMO, HOJE, de Paul Singer, não pretende oferecer uma resposta definitiva para a questão, mas contribuir para um debate que já recomeça em outros países e precisa ser retomado também no Brasil. A reabertura política encontra a esquerda brasileira dividida em várias correntes, a maioria das quais coloca o socialismo como a razão de ser de suas lutas. O que parece diferenciar estas correntes é uma série de divergências quanto à tática e a estratégia, ou seja, quanto ao caminho possível e necessário que, no Brasil, leva a um futuro socialista. O que ninguém coloca é que tipo de sociedade se almeja e o que, de fato, se entende por socialismo. Essa é a discussão que o autor pretende suscitar. Editora Vozes, 72p.

ENCONTRO

Encontro Internacional de Economistas

18 a 22 de janeiro de 1999 • Havana, Cuba

O objetivo do encontro é debater as atuais tendências na economia mundial no quadro da globalização, abrangendo as várias perspectivas teóricas e analíticas necessárias à criação de opções que permitam ultrapassar os problemas existentes, preservar o meio ambiente e reestruturar a ordem mundial.

Todos os representantes dos Colégios, Associações e Federações da Associação de Economistas da América Latina e do Caribe reuniram esforços para promover a participação dos mais conceituados profissionais do mundo. Este intercâmbio tornará possível uma ação efetiva, de caráter universal, questão urgente e necessária para enfrentar o novo milênio com expectativas reais quanto ao desenvolvimento humano para todos.

O encontro internacional será realizado em Havana, Cuba, de 18 a 22 de janeiro de 1999, e apresentará as seguintes mesas temáticas:

1. A economia de globalização e o desenvolvimento

Globalização: realidades e interpretações
Globalização e políticas de liberalização
Os desafios do desenvolvimento para as várias regiões e países
Diversas experiências nacionais face aos desafios da globalização

2. A economia mundial

As principais tendências e questões da economia mundial
O âmbito regulatório
Dinâmica e perspectivas a curto e médio prazos
Sistema internacional de comércio
Sistema financeiro internacional
Investimento de capitais

3. Os processos de integração econômica internacional

As experiências regionais e sub-regionais de integração econômica
As consequências da integração econômica regional para os países de menor nível de desenvolvimento
Perspectivas da integração econômica no quadro da globalização

4. Impacto social e ambiental da globalização

Cenários opcionais e atores futuros

5. No limiar do século XXI: globalização e questões do desenvolvimento

MAIORES INFORMAÇÕES: Linda Montañes – Rua 22, 901, esq. 9na. Miramar. La Havana, Cuba - Tel: (537) 29-2084 - Fax: (537) 22-3456
e-mail: anec@info.get.cma.net • site: <http://www.economista.cubaweb.cu>
Frota Brasil Turismo – Av. Franklin Roosevelt, 84 s/702 Tel: (021) 240-9878

PESQUISA DE MERCADO

Opção Júnior Consultoria

A Opção Júnior Consultoria é um empreendimento que vem sendo realizado pelos alunos de Economia da Universidade Federal Fluminense e é uma das poucas empresas que trabalham diretamente com pesquisa de mercado em todo o Grande Rio, fazendo análises sobre possíveis regiões onde futuros empresários possam se estabelecer, reduzindo o risco de desagradáveis *feedbacks*. A Opção Jr. também atua na parte de Finanças, com previsões orçamentárias e análise do fluxo de caixa; Análise Econômica, onde são realizados estudos de cenários econômicos, viabilidade de projetos e análise setorial; e Comércio Exterior, onde é traçada uma estratégia de comercialização junto ao mercado nacional e a viabilidade de mercado com informações fornecidas por instituições de fomento a atividades neste setor. Dentre as principais vantagens de se utilizar os serviços da Opção Jr. está, principalmente, a relação custo-benefício. Os trabalhos são realizados por pessoas altamente qualificadas e com acesso às mais novas tecnologias e conhecimentos, aliados aos baixos preços dos serviços. O reduzido preço dos projetos desenvolvidos dá-se porque a Opção Jr. utiliza a infra-estrutura da Universidade Federal Fluminense, contando ainda com a orientação constante de mestres e doutores altamente conceituados no mercado. Para obter maiores informações: Rua Tiradentes, 17, sala 13, Ingá, Niterói. Tel: 717-1235 Ramal: 40 ou Fax: 719-3286. E-mail: opcaojr@yahoo.com.

ANPEC

O Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro – IERJ, promoverá em 1999, pelo décimo quarto ano consecutivo, o curso de Reciclagem ANPEC.

TERÇA-FEIRA

Matemática (18:30 às 20:30 horas) – Prof. Arnaldo Struzberg
Estatística (20:30 às 22:30 horas) – Prof. Atílio Guaspary

QUARTA-FEIRA

Macroeconomia (18:30 às 20:30 horas) – Prof. Antonio C. de J. Assumpção
Microeconomia (20:30 às 22:30 horas) – Prof. Mauro Plattek

QUINTA-FEIRA

Matemática (18:30 às 20:30 horas) – Prof. Arnaldo Struzberg
Economia Brasileira (20:30 às 22:30 horas) – Prof. José Antonio P. de Souza

Período de realização: início – primeira semana de março de 1999
término – segunda quinzena de outubro de 1999

Custo: Matrícula: sócios, R\$ 120,00; não sócios, R\$ 130,00
Mensalidade: sócios, R\$ 220,00; R\$ 1.700,00 à vista ou 2 x R\$ 875,00
Mensalidade: sócios, R\$ 255,00; R\$ 1.930,00 à vista ou 2 x R\$ 1.000,00

As mensalidades deverão ser pagas até o dia 05 (cinco) de cada mês. Os pagamentos em atraso até o dia 10 (dez) terão acréscimo de 10%. Esclarecemos que as cópias xerox que forem utilizadas durante o curso não estarão incorporadas na mensalidade. No ato da inscrição será cobrada a primeira mensalidade.

Informações: Secretaria do Ierj – Av. Rio Branco, 109, 19º andar
Centro - Tels. (021) 509-1077 e 224-0578

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS – O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de janeiro.

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

"A herança do Século XX e a construção do novo século"

SEGUNDO COMUNICADO

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias **13 a 17 de setembro de 1999**, no **Rio de Janeiro**, o XIII Congresso Brasileiro dos Economistas e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um **balanço**, ao mesmo tempo **abrangente e profundo, do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe**, de maneira a captar as aceleradas mutações que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

A perspectiva adotada é histórica. Destina-se a captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mutações. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida com **uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e soluções para os problemas no século XXI**. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século, que - espera-se - seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergências sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso neste final de século. **A busca de alternativas de desenvolvimento** exige uma clara definição das condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, assim como o estabelecimento das bases de integração aos mercados regionais e de geração de empregos.

Os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm um importante

papel a desempenhar, tendo em vista a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados numa região marcada por grandes desigualdades sociais e desafios. **Promover o intercâmbio desses economistas** é um dos objetivos a serem alcançados no Rio de Janeiro em 1999.

SESSÃO CEPAL

O eixo-Cepal do encontro destina-se à apresentação dos resultados da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em nove países da América Latina, que a Cepal está elaborando e que estará terminada justo antes da realização do Congresso.

O objetivo da investigação da Cepal é examinar o impacto que o ambiente macroeconômico prevaiente nos anos 90 e as reformas radicais no modelo de funcionamento que predominou até recentemente tiveram sobre o comportamento da economia e de seus agentes principais.

Serão realizadas quatro sessões sobre o trabalho. A primeira sintetizará os resultados gerais, a segunda apresentará as conclusões relativas ao processo de acumulação de capital, a terceira fará o mesmo no que se refere ao progresso técnico e a última abordará os efeitos do ambiente macroeconômico e das reformas sobre o emprego e a distribuição de renda.

Inaugurando o ciclo, será realizada uma sessão comemorativa dos cinquenta anos do *Manifesto latinoamericano* (texto inaugural da Cepal, redigido por Prebisch em 1949), ocasião em que se prestará também um tributo a Celso Furtado.

Premiação de monografias

Pretende-se criar uma premiação de monografias de alunos, que serão julgadas por um comitê científico previamente selecionado. Restrito a alunos brasileiros.

DIA 13/09/99 - HOTEL GLÓRIA

18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI
INTERVALO	
21:00 horas	Coquetel de confraternização

DIA 14/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A1. Políticas de estabilização e desenvolvimento	B1. Economia internacional no final do século XX	C1. Globalização, modernização tecnológica e emprego	1 - Cenários macroeconômicos
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A2. Globalização, governabilidade e Estado-nação	B2. Política comercial, regulação e fluxos de comércio	C2. Desigualdades regionais e políticas de emprego	2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A3. Infra-estrutura / investimento / financiamento	B3. Lições e experiências recentes de integração regional	C3. Produtividade e emprego industrial	3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A4. Desigualdades / distribuição de renda e riqueza	B4. Alca: situação atual e perspectivas	C4. Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?	

CONGRESSO

DIA 15/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS	
09:00 às 10:30 horas	A5. Déficit público / endividamento / sistema financeiro	B5. OMC: resultados e preparativos para a rodada do milênio	C5. Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	1 - Cenários macroeconômicos 2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região 3 - Pensamento econômico	
INTERVALO					
10:45 às 12:30 horas	A6. Macrocenários nacionais de longo prazo	B6. Globalização financeira e liberalização cambial na região	C6. Emprego e desemprego: diferenciais por gênero		
ALMOÇO					
14:00 às 16:00 horas	A7. Reestruturação industrial e política tecnológica na região	B7. Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	C7. Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego		
INTERVALO					
16:15 às 18:00 horas	A8. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	B8. Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	C8. Padrões de trabalho e comércio internacional		
INTERVALO					
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do <i>Manifesto latinoamericano</i> , de Prebish/Cepal				
INTERVALO					
22:00 horas	Evento cultural / lazer				

DIA 16/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	E CEPAL	F COMUNICAÇÕES
09:00 às 10:30 horas	A9. Educação: base do desenvolvimento econômico / social	E1. Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
10:45 às 12:30 horas	A10. A questão regional e a organização do território	E2. Acumulação de capital	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
ALMOÇO			
14:00 às 16:00 horas	A11. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	E3. Progresso técnico	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
16:15 às 18:00 horas	A12. O Estado num mundo em transformação	E4. Emprego e distribuição de renda: indicadores	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
22:00 horas	Evento cultural / lazer		

DIA 17/09/99

09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos
INTERVALO	
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro. Reunião dos presidentes dos colegiados da América Latina e Caribe

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AEALC
- Corecon/RJ (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro)
- Sindecon (Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro)
- IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro)

APOIO:

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Aange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unidad Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe - Unesco
- Unesco / Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- NUSEG / UERJ - Nucleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG / UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economia Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autonoma de Mexico

CONGRESSO

CHAMADA DE TRABALHOS (Call for Papers)

Público alvo – Poderão participar da apresentação dos trabalhos profissionais, professores, pesquisadores, estudantes de mestrado ou doutorado em economia, sindicalistas, etc, desde que tenham graduação em economia.

Critérios / Procedimentos

Os autores poderão apresentar trabalhos em qualquer um dos temas/áreas de estudo relacionados ao eixo central dos dois eventos: Desenvolvimento, Inserção Internacional ou Emprego. Para submeter o trabalho ao Comitê de Seleção, o autor deverá encaminhá-lo ao Conselho Regional de Economia – RJ, por e-mail ou em disquete via correio, desde que atenda às normas de apresentação. Somente serão considerados para efeito de avaliação pelo Comitê de Seleção os trabalhos que guardem pertinência com os temas dos eventos. Serão selecionados um total de 40 trabalhos, que deverão integrar a publicação dos Anais, a ser feito em CD Rom. Dentre estes, serão classificados 20 trabalhos para apresentação na Sessão "Comunicações". O Comitê de Coordenação se responsabilizará por pagar, caso seja necessário, 8 passagens aéreas e 3 estadias (diárias de hotel no Rio de Janeiro) para os 8 primeiros colocados e 3 estadias (diárias de hotel) para os 12 outros autores classificados.

Normas Gerais

Datas críticas

15/04/99: Prazo limite de recebimento dos trabalhos por correio ou e-mail.

15/06/99: Notificação do resultado da avaliação. Os autores devem informar na inscrição a que tema se referem os trabalhos.

Local de entrega

Conselho Regional de Economia – 1ª Região/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar

Rio de Janeiro, Centro, CEP 20054-900

e-mail: papers@rioeconomia99.org.br

home page: <http://www.rioeconomia99.org.br>

Tels. (021) 224-0578, 220-1248 ramal 12

Fax (021) 509-8121

Apresentação dos trabalhos

Word for Windows 6.0 ou superior.

Fonte Times New Roman tamanho 12, espaço entre as linhas de 1,5.

Formato A4, máximo de 20 laudas, mínimo de 15 (incluindo texto, gráficos e tabelas; até 80 toques por linha; máximo de 30 linhas por lauda).

Resumo obrigatório: mínimo 15 e máximo de 20 linhas.

Caso seja enviado por correio, enviar cópia impressa e 3 cópias em disquete.

LOCAL DO EVENTO

Hotel Glória – Rua do Russel, 632 – Glória – Rio de Janeiro – RJ

INFORMAÇÕES

• Corecon/RJ – Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Tel. (021) 224-0578 – Fax (021) 509-8121 – e-mail: info@rioeconomia99.org.br

• Gauche Eventos – Av. Rio Branco, 181 – Sala 501 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Telefax (021) 262-1236 – e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

INSCRIÇÕES

Gauche Eventos – Av. Rio Branco, 181 – Sala 501 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Telefax (021) 262-1236 – e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

COORDENAÇÃO GERAL

- | | |
|---------------------------------------|--|
| • Antônio Corrêa de Lacerda | e-mail: lacerda@cofecon.org.br |
| • Roberto Verrier Castro (AEALC) | e-mail: anec@ceniai.inf.br |
| • Eduardo Mendes Callado | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luís Carlos Prado (IERJ) | e-mail: delorme@cofecon.org.br |
| • Adhemar dos S. Mineiro (Corecon-RJ) | e-mail: coreconrj@ax.apc.org |
| • Luiz Antonio Elias (Cofecon) | e-mail: elias@cofecon.org.br |

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE TRABALHOS

DESENVOLVIMENTO

- Armando Di Filippo – Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL
- João Paulo de Almeida Magalhães – Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia – 1ª Região
- Juan Mario Vacchino – Sistema Econômico Latino-Americano – SELA
- Leonel Corona – Division de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México
- Maria José Cyhlar Monteiro – Fundação Getúlio Vargas e Conselho Regional de Economia – RJ

INSERÇÃO INTERNACIONAL

- Otaviano Canuto – Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Reinaldo Gonçalves – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia – RJ
- Viviane Ventura Dias – Chefe da Unidade de Comercio Internacional – CEPAL
- Eduardo Mayobre – Sistema Econômico Latino-Americano – SELA

EMPREGO

- Jorge Mattoso – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
- João Luiz Maurity Sabóia – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Octávio Rodríguez – Instituto de Economía na Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay

COMISSÕES FORMADAS

1. Elaboração do programa: conteúdo temático

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Conselheiros do Cofecon / Diretoria da AEALC

2. Infraestrutura/operacional/cultural

- Transportes
- Hospedagem
- Local do evento
- Recepção

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Secretaria Executiva do Cofecon

3. Fontes de financiamento

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Conselheiros do Cofecon

4. Publicidade e divulgação

- Conselheiros do Corecon-RJ
- Assessoria de Comunicação do Corecon-RJ / Assessoria de Comunicação do Cofecon

5. Internet/sugestões e correio eletrônico

- Link específico sobre o XIII Congresso Brasileiro e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe em três línguas: português, espanhol e inglês.

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Secretaria de Assuntos Institucionais do Corecon-RJ / Secretaria Executiva do Cofecon

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro – Corecon-RJ, Sindecon e Ierj – oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

CONVÊNIO

Publicações da CEPAL

O Conselho Regional de Economia - RJ, em convênio com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13 às 17 h, durante o qual o catálogo das obras poderá ser consultado. O dólar para o mês corrente será informado na biblioteca do Conselho, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Estudio económico de América Latina y el Caribe 1996-1997*, 354p. US\$ 50.
- *Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe 1997*, 64p. US\$ 8.
- *Panorama Social de America Latina 1997*, 232p. US\$ 20.
- *El Pacto Fiscal*, 280p. US\$ 10.
- *La inversión extranjera en America Latina y el Caribe 1997*, 196p. US\$ 10.
- *La brecha de la equidad*, 218p. US\$ 10.
- *Políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*, 314p. US\$ 15.
- *Las Relaciones Económicas*, 396p. US\$ 15.

DOCUMENTO

Recentes estudos do Iedi

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) é uma instituição mantida há dez anos por um grupo de empresas brasileiras e dedicado exclusivamente a estudos na área de política de desenvolvimento industrial. Atualmente conta com 37 conselheiros, representando grandes empresas.

Acaba de divulgar um conjunto de trabalhos realizados nos últimos doze meses e que tiveram por objetivo recolher subsídios para uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil. Para tanto, foram pesquisadas as políticas de desenvolvimento industrial em doze países (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Espanha, Brasil, Índia, Coreia, México, Malásia e Chile).

O conceito de política de desenvolvimento industrial é amplo, correspondendo ao que é praticado no mundo, envolvendo a política industrial propriamente e também as políticas tecnológica, de exportação e importação, políticas regionais, além do chamado "ambiente" macroeconômico. Todos os doze países selecionados foram analisados (e reunidos no trabalho *Políticas industriais em países selecionados*) segundo esses temas, incluindo o Brasil, para o qual se realizou um exame das políticas adotadas e do papel da política industrial nos anos 80 e 90. Ainda para o Brasil, foi realizado um estudo sobre a trajetória da indústria no País (*Trajatória recente da indústria brasileira*).

Finalmente, foi elaborada uma *Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial: proposta Iedi*, que a visa apresentar para discussão um conjunto articulado de proposições para uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil.

Esses trabalhos estão disponíveis no site do Iedi - www.iedi.org.br - para todos os interessados. O Iedi produziu também um número limitado de CDs com todos os estudos realizados. Instituições interessadas poderão solicitar ao Iedi o envio do CD pelo nosso E-mail: instituto@iedi.org.br.

Para dar seqüência aos trabalhos acima, o Iedi já está iniciando novos estudos, em particular sobre a organização do setor público para o desenvolvimento industrial e as relações entre setor público e setor privado, desenvolvimento tecnológico e regionalização do desenvolvimento industrial, em todos os casos buscando simultaneamente a perspectiva internacional e a experiência brasileira.

DOAÇÃO DE LIVROS

A Campanha *Doe Livros* segue no ano de 1999 ajudando a equipar o acervo bibliográfico de várias instituições. Um balanço sucinto: de agosto de 1996 até o final do ano de 1998 tivemos um total de 6.818 doações em diversas áreas do conhecimento humano - Economia, Administração, Direito, Artes, Contabilidade, História, Educação, Obras de Referência... Várias instituições foram beneficiadas. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ - recebeu 1388 títulos; a Faculdade de Belford Roxo, 350; a Universidade Estácio de Sá, 510 e a Secretaria Municipal de Cultura de Duque de Caxias, 750. Em virtude do êxito obtido, a campanha continua a todo vapor nesse novo ano e esperamos novas doações. Os interessados devem entrar em contato com a bibliotecária Ester Oliveira Teixeira, das 13h às 17h, na Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZE TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- *A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- *Os fluxos financeiros na América Latina - um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- *30 anos do The New York Review of Books - a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- *América Latina - entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana - a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

LANÇAMENTOS



Visões da Crise

As entidades dos economistas no Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - e a Editora Contraponto lançaram o livro *Visões da Crise*, organizado por Adhemar dos Santos Mineiro, Luiz Antônio Elias e César Benjamin, que reúne entrevistas com alguns dos mais importantes intelectuais do Brasil e da América Latina. Coletadas pelo *Jornal dos Economistas* desde maio de 1997, as entrevistas preservam insuperável atualidade. Celso Furtado, René Armand Dreifuss, Aldo Ferrer, Severino Cabral, Osvaldo Sunkel, Fernando Rezende, Samuel Pinheiro Guimarães, Milton Santos, Carlos Lessa, Paulo Nogueira Batista Jr., Antônio Barros de Castro, Antônio Delfim Netto, Tânia Bacelar de Araújo e Maria da Conceição Tavares debatem neste livro questões decisivas, exibindo rara combinação de profundidade e clareza. Sempre em busca de uma visão ampla dos processos em curso, ensinam, antes de tudo, que o destino do Brasil não pode ser jogado na mesa do cassino global. Discutem principalmente economia, mas falam também de projeto, território, história, identidade, cultura e povo.

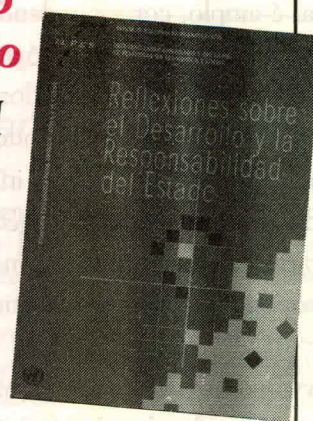
Este é um livro para cidadãos que rejeitam o conformismo. Para leitores que apreciam um cardápio variado de temas e enfoques. Cada entrevista registra reflexões sobre temas econômicos e sociais que dominam o debate nacional nestes anos 90. É um achado para qualquer cidadão interessado em ter acesso a reflexões críticas sobre os destinos do Brasil e da economia global. As quatorze entrevistas trazem reflexões geradas a partir de diferentes enfoques ideológicos. Neste time de pensadores, o ecumenismo é uma espécie de marca registrada. Os entrevistados tratam de temas de enorme complexidade, nos quais se entrelaçam as realidades nacionais e mundiais, mas usam uma linguagem compreensível, clara, coloquial.

Visões da Crise é uma contribuição de valor inestimável para quem acredita que, ao longo do século XXI, o Brasil poderá proporcionar surpresas agradáveis aos seus habitantes. Como, por exemplo, transformá-los em cidadãos identificados com o país em que vivem e, ao mesmo tempo, preocupados em contribuir para a construção de um mundo menos desigual. O livro está à venda na Biblioteca do Corecon. Os associados em dia com a anuidade podem adquiri-lo com desconto.

LANÇAMENTO
27 DE
JANEIRO /99

Reflexiones sobre el Desarrollo y la Responsabilidad del Estado

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon -, o Cofecon, a Cepal e o Instituto de Economia da UFRJ convidam para o lançamento do livro *Reflexiones sobre el Desarrollo y la Responsabilidad del Estado*, com a presença de Arturo Núñez Del Prado, diretor do ILPES, às 15:00 horas, na Sala 1 do prédio da Faculdade de Economia, localizado na Av. Pasteur / Urca. O livro delinea o processo de desenvolvimento dos anos 90 que exhibe apreciáveis ativos e inquietantes passivos. Sobre o ativo vale destacar o logro das estabilidades macroeconômicas que demandam contínuos esforços, o êxito das incursões no mercado externo e avanços em matéria de integração, progressos na gestão empresarial e ganhos de produtividade em setores e atividades mais dinâmicos. Os passivos dizem respeito à insuficiência e fragilidades do crescimento e sua limitada difusão. Este trabalho incorpora valiosos aportes de Pedro Sáinz e Alfredo Calcagno. Eles tiveram importante responsabilidade nos capítulos que se referem ao desenvolvimento econômico e social. ILPES, 180p.



CURSOS DE VERÃO

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Ministrado por: Nelson Le Cocq

Período/Horário:
25 a 29 de janeiro/99, de 18:30 às 21:30h

Local: Av. Rio Branco, 109 / 19º andar

Investimento:

Sócios do IERJ - R\$ 100,00
Associados do Corecon/RJ, Sindecon e empresas associadas (em dia) - R\$ 130,00
Não-associados - R\$ 160,00

PERÍCIA TRABALHISTA

Ministrado por: Ademir Figueiredo

Período/Horário:
01 a 05 de fevereiro/99, de 18:30h às 21:30h

Local: Av. Rio Branco, 109 / 19º andar

Investimento:

Associados do IERJ, Corecon/RJ, Sindecon e empresas associadas ao Corecon/RJ (em dia) - R\$ 280,00
Não-associados - R\$ 350,00

ORÇAMENTO PÚBLICO

Ministrado por: vários professores

Período/Horário:
09 a 11 de fevereiro/99, de 18:30h às 22:30h

Local: Av. Rio Branco, 109 / 19º andar

Investimento:

Associados do IERJ, Corecon/RJ, Sindecon e empresas associadas ao Corecon/RJ (em dia) - R\$ 90,00
Não-associados - R\$ 130,00

■ ■

Realização: IERJ

Apoio: Corecon/RJ, Sindecon/RJ

Informações: tels. (021) 224-0578 e 509-1077
Madalena ou Junior

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 19.01.99